

Onde os Primeiros são os Últimos

A Luta pela Sobrevivência das Comunidades San no Sul de Angola

Relatório do diagnóstico das necessidades das comunidades San Angolanas, efectuado nas Províncias de Huíla, Kunene e Kuando Kubango entre 17 de Junho e 14 de Julho de 2003.

Este trabalho foi comissionado pela Trocaire Angola e a pela WIMSA, em colaboração com a OCADEC.

Queremos realçar a cooperação excepcional entre as organizações, instituições e indivíduos em Angola e na Namíbia, sem os quais este diagnóstico não poderia ter sido realizado.

I. Sumário

Os San são uma pequena minoria étnica, que vivem dispersos, em grupos pequenos, no Sul de Angola. São os mais antigos habitantes do território Angolano e são conhecidos como caçadores-colectores. As primeiras investigações revelaram que esta minoria, já muito vulnerável, pode necessitar de intervenções focalizadas, para assegurar a sua sobrevivência e proteger os seus direitos humanos.

As comunidades San em Angola sofreram as privações e isolamento impostos por 27 anos de guerra. Como, até agora, se conhecia muito pouco sobre as comunidades San, a Trocaire Angola, em parceria com a WIMSA (Grupo de Trabalho de Minorias Indígenas da África Austral), comissionaram um diagnóstico das necessidades. O objectivo era identificar as localizações, condições de vida e necessidades destas comunidades, de maneira a obter uma base para a prestação de mais assistência e para a elaboração de planos de desenvolvimento.

Foram contactadas, nas províncias da Huíla, Kunene e Kuando Kubango, um total de 43 comunidades, ao longo de um período de três semanas, por uma equipa de dois consultores e dois peritos em advocacia. Foi também recolhida informação sobre outras 29 comunidades. Foi estabelecido contacto com um total de 2014 San. A informação recolhida sugere que vivem pelo menos 3400 San nas 3 províncias visitadas, em grupos normalmente pequenos. Todos os grupos contactados se identificaram como usando a língua !Kung¹.

Em quase todas as comunidades San visitadas, a sobrevivência está dependente, de grande forma, da comida que recebem em troca do trabalho nos campos dos vizinhos Bantu. Para além disso, adquirem comida do mato, recolhem mel, caçam, e cultivam pequenas parcelas.

Constatou-se que a maioria das comunidades é altamente vulnerável no que diz respeito à segurança alimentar. Algumas comunidades vivem com insegurança alimentar. Quanto à situação de saúde, é crítica em todas as comunidades. A falta de acesso aos serviços médicos e medicamentosos põe em risco as pessoas. As comunidades San vivem nestas condições à um tempo considerável, e sobreviveram. Ao mesmo tempo, a morbilidade e taxa de mortalidade infantil registadas são preocupantes.

São poucos os adultos alfabetizados, e quase nenhuma criança frequenta a escola.

As comunidades San em todo o Sul de Angola vivem sob exclusão social, discriminação e exploração económica. Os direitos humanos são, por norma, desrespeitados e violados. O acesso muito reduzido à terra e à recursos naturais, e direitos de terra inseguros e muito limitados, conduziram a uma deterioração dos antigos meios de sustento de caça-colecta, de tal forma que a esmagadora maioria dos San vive, actualmente, em relações desconfortáveis de servidão e dependência com os seus vizinhos Bantu.

O racismo e a discriminação enraizados estão generalizados. É vulgar a visão sobre os San, por membros de grupos Bantu com quem vivem, ser que “Eles são animais. Eles são nossos escravos. Eles dependem de nós para viver.” (Sr. T., um agricultor Kwanyama alfabetizado, em Chiede, província do Kunene, Junho de 2003).

¹ Em Abril de 2001, numa Conferência onde participaram delegados San da Namíbia, Botswana e África do Sul, foi decidido que os !Kung iriam daí em diante escrever o seu nome de acordo com a ortografia correcta, ou seja, !Xun, e não !Kung, Kung ou !Xu (Declaração Penduka, 2001). Como os San e os não-San de Angola, e a literatura existente em Angola, se referem a este grupo linguístico como !Kung, optou-se por essa ortografia neste documento.

É sabido que os San foram os primeiros habitantes da África Austral e do Sul de Angola. Neste diagnóstico, constatou-se que os San em Angola vivem uma situação em que “os primeiros são os últimos”. Porém, os San não aceitam este destino. Eles sabem que têm os mesmos direitos, na lei angolana, e estão a pedir que estes direitos sejam respeitados e que lhes sejam dadas as mesmas oportunidades que aos outros angolanos.

Neste diagnóstico, todos os San entrevistados nestas comunidades demonstraram o desejo de sair da dependência e exploração, e a esmagadora maioria quer trabalhar e produzir o seu próprio sustento.

Todas as comunidades afirmaram querer ajuda para melhorar a segurança alimentar através do cultivo da terra. A equipa ouviu dizer, sem fim que, “Nós estamos prontos para trabalhar. Precisamos de sementes e de ferramentas. Queremos ser iguais a todos os outros angolanos.”

Mesmo havendo variações regionais no que diz respeito às necessidades específicas e aos recursos disponíveis, como sendo terra e água, este estudo revelou um quadro uniforme nas seguintes necessidades:

- a necessidade de comida para superar a insegurança alimentar existente ou iminente
- a necessidade de sementes e ferramentas e insumos agrícolas para aumentar ou iniciar a produção de alimentos
- a necessidade de intervenções para assegurar, melhorar e adquirir direitos de terra
- a necessidade de acesso melhorado à serviços de saúde
- a necessidade de roupa e mantas
- a necessidade de intervenções a favor dos direitos humanos, para contrariar a exploração contínua e o abuso dos direitos humanos, na forma de racismo e discriminação
- a necessidade de melhorar as oportunidades de acesso à educação formal, por parte das crianças e jovens

Nalgumas comunidades não há água suficiente. Nestas, a escassez de água leva à conflitos sociais com grupos vizinhos. Aí há portanto necessidade de criar mais pontos de abastecimento.

Este relatório apresenta recomendações chave para fazer face a estas necessidades:

- Implementação de um programa de ajuda de emergência de curto prazo, em três províncias, que assegure que as comunidades San recebam ajuda alimentar, sementes, ferramentas, mantas e roupa. Este programa deveria ser implementado, se possível, a tempo da campanha agrícola que começa em Outubro de 2003.
- Avaliação das necessidades mais urgentes de provisão de água, com as comunidades necessitadas, com o objectivo de se estabelecer um programa para construir pontos de abastecimento
- Prosseguir, em simultâneo, com um conjunto de iniciativas paralelas, que promovam a constituição de organizações comunitárias San, projectos de desenvolvimento baseados na produção agrícola, e intervenções na área dos direitos humanos
- Ajudar as comunidades San a assegurar os direitos de terra já existentes, aumentar os direitos de terra onde for necessário, e a obter direitos de terra e pedir a definição de áreas onde se possam fixar, onde houver necessidade.

- Ajudar as comunidades San a aumentar as bases da segurança alimentar, ampliando as práticas existentes de pesca e recolha de mel, e alargando as actuais actividades geradoras de rendimento, como o fabrico de cestas e mercadoria de ferro.
- Concentrar forças para fazer lobby junto ao governo angolano e opinião internacional, em defesa dos direitos humanos e direitos de terra dos San de Angola.
- Convocar representantes das comunidades San a nível provincial, no intuito de facilitar a sua própria organização e formular estratégias para responder às necessidades urgentes que foram identificadas neste diagnóstico
- Constituir organizações comunitárias San para determinar a orientação do desenvolvimento e implementar iniciativas nas áreas de desenvolvimento e direitos humanos
- Convocar ONGs angolanas e internacionais e organizações da sociedade civil que estão a trabalhar em sectores chave, para aumentar a consciência sobre os problemas e planear estratégias comuns de resposta às necessidades identificadas
- Fortalecer a capacidade da OCADEC para funcionar como agência coordenadora e implementadora.

A capacidade de recuperação e de sobrevivência em condições difíceis, fazem parte dos mais valiosos recursos que as comunidades San possuem. Qualquer tipo de intervenção deveria tentar apoiar-se e ser construída com base nestes recursos. A ajuda de emergência não deve estabelecer uma cultura de distribuição alimentar, que tenha o potencial de danificar, precisamente, o espírito de iniciativa que assegurou a sobrevivência dos San. A ajuda concreta imediata e a longo prazo deveria estar associada à possibilidade de produção de comida e organização social.

II. Contexto Geral

Este estudo foi comissionado pela Trocaire Angola, em parceria com a WIMSA (Grupo de Trabalho de Minorias Indígenas da África Austral) e a OCADEC (Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário), uma ONG angolana que faz trabalho de advocacia com comunidades San no Sul de Angola.

Contactos estabelecidos entre 1998 e 2001 com comunidades San na província da Huíla indicaram que, no contexto da guerra civil em Angola, aquelas comunidades enfrentaram sérias dificuldades e fragmentação social. Já havia preocupações quanto à exclusão destas comunidades, já muito vulneráveis, dos programas de ajuda, num contexto de discriminação historicamente enraizada contra os San, por parte de alguns grupos Bantu socialmente mais poderosos².

Reuniões com grupos de San na Huíla revelaram que um número desconhecido de grupos San no Sul de Angola enfrentam problemas semelhantes de pobreza, insegurança de direitos de terra e opressão por outros grupos. Tornou-se claro que se conhece muito pouco

² Quessongo e Daniel relatam, em 2000, terem testemunhado na Província da Huíla, ajuda alimentar a ser negada às comunidades San pelos “líderes Bantu” ou a mesma ser distribuída em troca de trabalho. Foram registadas más ameaças e tentativas, pelos líderes Bantu, de obstruir o contacto entre a OCADEC e as comunidades San. Relatório de Pesquisa da OCADEC sobre as comunidades San em Angola, 2002, e testemunhos pessoais.

sobre a localização destes grupos, quantas pessoas estão afectadas e em que condições vivem.

Em Janeiro e Novembro de 2002, a Trocaire Angola promoveu dois encontros de líderes San angolanos, e de activistas da OCADEC, com líderes San da África Austral. Esta troca de experiências teve como resultado que a Assembleia Geral Anual da WIMSA (Grupo de Trabalho de Minorias Indígenas da África Austral) – uma rede de organizações San na África Austral - resolveu apoiar as iniciativas de direitos humanos e desenvolvimento dos San de Angola. Foi decidido que o primeiro passo nesse sentido seria um diagnóstico das necessidades.

Também em 2002, o governo local da Huíla criou a Comissão Provincial de Auxílio e Serviços Sociais destinada aos San da Huíla, depois duma apresentação sobre as condições das comunidades San, feita pela OCADEC, ao Comité Provincial de Direitos Humanos na Huíla (CPDHH). O Comité visitou algumas comunidades San na Huíla, e a OCADEC incrementou as iniciativas para contactar mais grupos de San, com o apoio do General Mateus Miguel Angelo “Vietname”, Chefe do Estado Maior do Exército Angolano.

Subsequentemente, a Trocaire Angola e a WIMSA coordenaram actividades com a OCADEC e o CPDHH para levar a cabo o diagnóstico que produziu este relatório.

III. Principais Objectivos

Para o diagnóstico de necessidades, foram definidos os seguintes objectivos principais:

- Apurar, na medida do possível, **a localização e demografia**, e as identidades etno-linguísticas das comunidades San nas províncias da Huíla, Kunene, Kuando Kubango e Moxico, no Sul de Angola
- Apurar as **condições e necessidades socio-económicas e culturais** destas comunidades, no que diz respeito a:
 - Fontes alimentares e segurança/vulnerabilidade alimentar
 - Uso da terra, direitos de terra e alegações de discriminação
 - Saúde
 - Educação
 - Organização social
 - Mulheres e crianças
 - O impacte da guerra nas comunidades
 - Capacidade organizacional e visão de desenvolvimento
- Descrever a conjuntura legal, política e de desenvolvimento, dentro da qual estas condições e necessidades existem.

O objectivo global do estudo é adquirir informação que sirva de linha de base para a reflexão e para a delineação de programas de desenvolvimento com e para as comunidades San em Angola.

IV. Contexto da Motivação

As comunidades San que foram visitadas são apenas uma parte da população global de 2.5 milhões de pessoas que vivem com insegurança e vulnerabilidade alimentar em Angola³. Nesta fase de transição pós-conflito, os Angolanos estão ansiosos por iniciar o processo de reconstrução das suas vidas e do seu país. Esta atenção específica nas necessidades das comunidades San é motivada pela preocupação de que os San deveriam ter os mesmos direitos e oportunidades que todos os Angolanos. Este desejo foi expresso claramente por um informador San de Lulanja, Província do Kunene:

“Agora que há paz, nós queremos ser iguais a todos os outros angolanos. Não queremos ser mendigos, nem que nos mandem calar, e nos digam que não somos pessoas, que não somos nada.”

Sr. Francisco Shifikilwa, Lulanja, Província do Kunene, Junho 2003

V. Os San de Angola no Contexto da África Austral

Há comunidades San em Angola, Botswana, Namíbia, África do Sul, Zimbabwe e Zâmbia. As estimativas do número de San na região variam entre 88 000 a 100 000.⁴ A maioria dos San vive no Botswana e na Namíbia.

Os San partilham características culturais comuns, de idioma, crenças, organização social, experiência histórica e actividade económica (Suz 3). Há 35 idiomas de Khoe-San, a serem falados pelos 88 –100 000 San da África Austral.

A relação entre as populações San e dos seus respectivos grupos idiomáticos é:

Botswana

População: 47 675 (RA) 46 000 (WIMSA)

Agrupamentos linguísticos: Khwedam, ||Anikhwe, Ju|'hoansi, !Xõó, Tsoa, Kua, G||ana, G|ui, Tshasi, Naro

Angola

População: 1200 (RA) 3400 (Diagnóstico de Necessidades 2003)

Agrupamentos linguísticos: !Kung, !Xun, Khwedam

Namíbia

População: 32 000(RA) 38 000 WIMSA

Agrupamentos linguísticos: !Kung, !Xun, Khwedam, Ju|'hoansi, Naro, !Xõó, Hai||om,

África do Sul

População: 4350 (RA) 6500 WIMSA

Agrupamentos linguísticos: !Xun, Khwedam, N|u

Zimbabwe

População: 2500 (RA) “algumas centenas” WIMSA

Agrupamentos linguísticos: Tsoa

³ A Análise de Vulnerabilidade do Programa Alimentar Mundial para Angola de Novembro 2002 – Abril 2003 identifica 2,5 milhões de pessoas como vulneráveis à segurança alimentar e destas, 1 milhão vivem, neste momento, com insegurança alimentar (a precisar de ajuda imediata) e 865 000 são altamente vulneráveis (a precisar de ajuda antes da próxima colheita). Pag 6, Análise de Vulnerabilidade de Angola 2003, PAM.

⁴ No Regional Assessment of the Status of the San in Southern Africa (Diagnóstico Regional da Situação dos San na África Austral), 2001 (J. Suzman et al) estima o número total de San em 88 000. O Grupo de Trabalho de Minorias Indígenas da África Austral estima o número total de San em 100 000. (Geingos e Brorman, 2002).

Zâmbia

População: 300 (RA) 3000 (WIMSA)

Agrupamentos linguísticos: Khwedam

Contexto histórico

Os San e os Khoekhoe são descendentes dos primeiros habitantes de África. Os arqueólogos acreditam que as origens destes povos podem ser traçadas até aos primeiros homo sapiens que ocuparam a África Austral durante pelo menos 150 000 anos. Pensa-se que a migração do homo sapiens para fora de África ocorreu há 40 000 anos. Nessa época, pensa-se que todos os humanos eram caçadores-colectores. (Nigel Crawford, Uma História dos Povos San da África Austral, documento não publicado)

Com a movimentação de pastores e agricultores Bantu para a África Austral, vindos do norte há cerca de 2000 anos, e a colonização da África Austral a partir do século XVI⁵, “a maioria das populações Khoesan da África Austral desapareceram. Esmagados entre os migrantes Bantu do norte e leste, e os colonizadores brancos do sul, muitos deles foram assimilados, dizimados ou dominados pelos recém chegados. No início do século XX, só restava uma pequena população de San na África Austral, a viver, na sua maioria, entre e ao redor da bacia do Kalahari no Botswana e Namíbia, Sul de Angola, Sul da Zâmbia e noroeste do Zimbabwe.” (Suzman ,RA 1, p 2)

“O último século assistiu à quase completa integração das populações sobreviventes San, nos mais baixos escalões da economia política regional e, com isto, a sua crescente dependência nos outros. Como nem os imigrantes brancos nem os Bantu consideravam a caça e recolha como uma forma legítima de utilização das terras, os San foram falsamente intitulados nómadas, deixando portanto de exercitar qualquer direito à terra ou aos recursos naturais. Em meados dos anos 70, apesar de alguma resistência activa, cerca de nove décimos da população San da região, tinha sido desapropriada dos seus territórios tradicionais e da sua fonte de autonomia económica e política.” (Suzman RA 1 p, 2)

Uma quantidade significativa de investigações denunciam, com detalhe, a desapropriação e a dependência dela resultante, em comunidades San na Namíbia e Botswana. Há várias publicações que descrevem as condições actuais e várias iniciativas de auto-organização e de lutas por direitos de terra, direitos políticos e desenvolvimento, entre comunidades San no Botswana, Namíbia e África do Sul⁶.

Estudos antropológicos feitos em Angola por Estermann, Guerreiro e De Almeida fornecem informação sobre a cultura, o uso da terra e as relações sociais dos San, observada entre os anos 30 e 70⁷. Em 1960, Esterman calculou haverem 5000 ou mais San em Angola. (Estermann ,1976). Este estudo foca grupos de San ao redor de Kipungu e Hogue na província da Huíla e em grupos ao redor de Evale e Cafima na província do Kunene.

⁵ O ano 1575, quando os colonizadores conquistaram Luanda, é um ponto de referência na história de Angola.

⁶ O estudo da UE “*Regional Assessment of the Status of the San in Southern Africa*” (2001) apresenta uma valiosa perspectiva global. Relatórios e documentos da WIMSA, SASI e Kuru Development Trust apresentam ampla informação sobre as condições actuais enfrentadas pelas comunidades San na África Austral, iniciativas de direitos humanos e de desenvolvimento. Robert Hitchcock já publicou vários estudos sobre estas comunidades do Kalahari: “*Bushmen and politics of the environment in Southern Africa*”, Copenhagen 1996. M.A. Biese, “*Women like meat: the folklore and foraging ideology of the Kalahari Ju/'hoan*” 1993. R. Gordon, “*The Bushman myth: the making of a Namibian underclass*”, 1992; R. Lee and I. Devore, “*Kalahari hunter-gatherers: Studies of the !Kung San and their neighbours*”, 1976.

⁷ C. Estermann, “*Etnografia do Sudoeste de Angola*”, I-IV, 1956; C. Estermann, “*The Ethnography of Southwestern Angola*”, New York, 1976; M.V. Guerreiro, “*Os Boschimans the Angola*”, 1968; A de Almeida, “*Bushmen and other Non-Bantu Peoples of Angola: Three lectures*” 1965; António de Almeida, “*Os Bochimanes de Angola*”, Lisboa 1994

Estermann relata que as comunidades San das províncias da Huíla e Kunene tinham integrado, na sua forma de viver, elementos da cultura Bantu. As mulheres e as jovens trabalhavam nos campos dos seus vizinhos Bantu durante a colheita. Alguns San tinham aprendido a trabalhar o ferro, com os vizinhos Bantu. Grupos em Mulemba e Mupa (província do Kunene) são descritos como tendo assimilado muitas facetas da cultura Bantu, incluindo a criação de porcos, cabras e até mesmo bois. Foi constatado que as mulheres tinham adoptado os penteados das mulheres Bantu. (Estermann 1960, p 23-26)

Estermann diz ter ouvido falar, em 1935, dum grupo San de Kipungu (Província da Huíla) que teria pedido autorização para utilizar a terra com a finalidade de a cultivar. Existem, por conseguinte, indícios que as actividades económicas de alguns San de Angola incluem, há um tempo considerável, a agricultura e até mesmo a criação de animais. Este estudo sugere também que os San no distrito de Kipungu já teriam perdido os seus direitos ás suas terras antes de 1935, visto terem tido que pedir permissão para as usar.

- Os últimos 27 anos de guerra em Angola tiveram vários tipos de impactos nas comunidades San. Os San fugiram do país em diferentes alturas⁸. Números significativos juntaram-se à Força de Defesa Sul-Africana (South African Defence Force, ou SADF) e foram, por conseguinte, reassentados com as suas famílias, primeiro na Namíbia e depois na África do Sul⁹. Muitas comunidades San foram deslocadas das suas áreas de origem em Angola, por variados períodos de tempo, ao longo dos últimos 20 anos. É frequente cada grupo ter sido deslocado mais de uma vez.

A guerra causou movimentos de população, de larga escala, que conduziram, em algumas áreas, a um influxo de Bantus em terras também usadas pelos San. O acréscimo de pressões sobre a terra conduziu também à deterioração dos direitos de terra.

Quase todos os grupos que foram visitados referiram que os seus homens tinham servido em vários lados da guerra, e que, como um resultado directo da guerra em Angola, tinha havido perda de vida e de bens.

VI. O Contexto Nacional: Paz e Reconstrução em Angola

Este diagnóstico foi efectuado 14 meses depois do acordo de cessar-fogo de Abril de 2002, que pôs fim a 27 anos de guerra, que causaram tremendo sofrimento e perda de vida e de meios de sustento a muitos angolanos.

O processo de paz em Angola implica o retorno estimado de 4 milhões de deslocados internos (IDPs), para os seus lugares de origem, o retorno de 400 000 refugiados, a desmobilização e aquartelamento de 80 000 soldados da UNITA e também de 360 000 dos seus familiares. O Estado Angolano e a comunidade humanitária enfrentam a tarefa de ajudar milhões de pessoas a reconstruir as suas casas e os seus meios de sustento. A administração estatal tem que ser estendida a todas as áreas do país. As linhas de

⁸ Os Bumakhoe e Ngarange Kxoe fugiram de locais perto de Rivungu e do Rio Luyana, para a Namíbia, Botswana e Zâmbia entre 1965 e 1975. Algumas comunidades San fugiram para a Zâmbia, onde têm vivido como refugiados (MB). Entre 1997 e 1999, os San e os seus vizinhos agricultores Kwanyama fugiram para a Namíbia em levas, após ataques da UNITA. Pensa-se que 800 San angolanos estão a viver em zonas de reassentamento governamentais na região de Ohangwena na Namíbia (Brenzinger, RA 2).

⁹ Foram reassentados cerca de 6000 !Kung e Kxoe na Namíbia entre 1974 e 1978, quando homens destas comunidades se juntaram à Força de Defesa Sul-Africana (SADF). Após a independência da Namíbia em 1989, um grupo de 4500 San de Angola e da Namíbia, que tinham servido na SADF, foram reassentados em Schmidtsdrift e Platfontein na África do Sul, pela SADF (J. Suzman, “*Regional Assessment of the Status of the San in Southern Africa*”2001)

transporte e de comunicação, as infra-estruturas sociais e económicas que foram devastadas, e a capacidade institucional de resposta, precisam de ser reconstruídas.¹⁰

Ao longo do último ano, assistiu-se à implementação contínua de programas de retorno e reassentamento, e à implementação de programas de ajuda pós-emergência. O objectivo imediato desses programas é facultar às pessoas as ferramentas básicas e sementes necessárias para começarem a cultivar e para assegurar a mínima segurança alimentar.

VII. Governo de Angola: Democratização e o Compromisso com os Direitos Humanos

Em 1991, a revisão Constitucional acabou com o sistema uni-partidário em Angola.

O Artigo 2º da Constituição de Angola declara que,

“A República de Angola é um Estado Democrático de Direito, baseado na soberania popular, no primado da Constituição e da lei, na separação de poderes e interdependência de funções, na unidade nacional, no pluralismo de expressão e de organização política e na democracia representativa e participativa. A República de Angola **defende os direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados (...).**”

O governo angolano criou Comités Provinciais de Direitos Humanos, com a incumbência de investigar abusos de direitos humanos. Em resposta ao trabalho de advocacia da OCADEC, o Coordenador do Comité Provincial de Direitos Humanos na Huíla facilitou directamente o trabalho deste diagnóstico, informando os Governadores Provinciais das províncias visitadas sobre o objectivo deste diagnóstico de necessidades, pedindo-lhes que facilitassem o trabalho da equipa que efectuou o diagnóstico.

O Coordenador do Comité Provincial de Direitos Humanos na Huíla declarou também que o governo provincial de Huíla irá atribuir terras às comunidades San necessitadas, com base nas necessidades identificadas¹¹. Tais esforços, é um compromisso formal para com os direitos humanos pela província que tem a maior população de San, é um sinal encorajador. Têm ainda que ser expressos compromissos semelhantes pelo governo nacional e pelos governos provinciais do Cunene e Kuando Kubango.

VIII. Contexto Legal e de Políticas de Direitos de Terra em Angola

A Lei de Terras vigente em Angola protege os direitos de terra das pessoas com base nos direitos de ocupação. Sob esta lei, pessoas ou comunidades que ocuparam uma propriedade durante 20 anos adquirem direitos de ocupação.

A antiga Lei de Terras foi herdada na altura da independência, mas não tem sido aplicada consistentemente. Dum sistema legal e judiciário ainda muito fraco, resultam condições muito confusas e fluidas no que diz respeito aos direitos de terra e à Lei de Terras em Angola.

¹⁰ Ver “Sustaining the Peace in Angola”, BICC, 2003.

¹¹ Numa reunião a 23 de Junho de 2003, com o Senhor Vigílio Tyova, Delegado do Ministério da Justiça na Huíla, e Coordenador do Comité Provincila de Direitos Humanos na Huíla, fomos informados que o Governo Provincial de Huíla está pronto a atribuir terra, e vai pedir ao Ministro da Agricultura que dê títulos de propriedade às comunidades San, uma vez que estejam estabelecidas as suas necessidades. Isto é um compromisso importante no contexto global do que se sabe sobre os direitos de terra restritos e inseguros de algumas comunidades San.

Nos últimos meses, têm surgido conflitos entre interesses comerciais, com intenções de explorar o potencial comercial dos opulentos recursos agrícolas, e as comunidades rurais neles residentes. Estes conflitos acontecem porque a Lei antiga não é aplicada. Estes conflitos não têm, contudo, aparecido nas áreas onde se encontram comunidades San.

Voltar à terra em tempos ocupada, retomar a posse da terra, ou tentar adquirir nova terra, são actualmente preocupações cruciais para muitos angolanos rurais. Prevê-se que muitos dos que estão no processo de regresso aos seus lugares de origem, venham a ter que enfrentar o desafio de voltar ao que foi, em tempos, a sua terra, mas que está agora ocupada por outros.

Em Angola está a testemunhar-se a tendência para milhões de pessoas tentarem assegurar bens com os quais possam melhorar as suas vidas. Enquanto que os que estão a regressar lutam nesse sentido ao nível mais básico, uma classe crescente de angolanos com acesso a recursos e poder está seriamente concentrada na acumulação e criação de riqueza. Depois do petróleo e dos diamantes, a terra é agora o objectivo destas actividades e ambições. É provável que as reservas de terra ainda disponíveis estejam, e venham a ser, alvo desses indivíduos e dos seus poderosos apoiantes nacionais e internacionais.

As instituições e autoridades responsáveis para distribuição de terras não estão actualmente bem definidas. Neste momento, os títulos de propriedade podem ser emitidos pelos municípios, pelos governos provinciais e pelo Conselho de Ministros. A autoridade emissora é, na prática, determinada pela dimensão (e valor potencial) da terra em questão. Na ausência de claras distinções legais entre terra comunitária e propriedade privada, é possível que terra comunitária seja convertida em propriedade privada pela emissão de um título de propriedade.

Esta dinâmica ocorre num contexto no qual Angola mudou, dum “socialismo estatal” e uma economia de guerra alimentada por opulentas reservas de petróleo e diamantes, para um capitalismo desenfreado descrito por um perito como “a promiscuidade dos poderosos”.

Os legisladores angolanos, organizações da sociedade civil e intervenientes interessados têm estado, nos últimos meses, a discutir uma nova e controversa Lei de Terras. Foram estabelecidas comissões técnicas para receber sugestões e comentários relativos à nova proposta de Lei.

Esta muito criticada Lei, contradiz o princípio dos direitos adquiridos e não reconhece direitos de terra com base na ocupação. Isto favorece fortemente os interesses empresariais, e contradiz medidas da Constituição de Angola que protegem os direitos de terra das comunidades rurais e das mulheres.

A nova proposta de Lei de Terras não contém medidas para a gestão dos recursos naturais. Determina que todos os recursos subterrâneos só podem ser explorados pelo Estado. Grupos de lobby estão a exercer pressão para que os benefícios da exploração de recursos minerais sejam compartilhados entre as comunidades e o Estado.

A nova Lei de Terras não define claramente quem podem ser os representantes das comunidades rurais. Não esclarece o papel do direito costumeiro e o papel dos líderes tradicionais no que diz respeito à distribuição de terras.

A nova Lei foi proposta na ausência de qualquer política de terra coerente.

As ONGs a trabalhar no desenvolvimento rural, assuntos de terra e direitos humanos – incluindo a ADRA, Development Workshop, World Learning e Mão Livres – formaram a Rede Terra, com o objectivo de examinar as implicações, e promover o debate ao redor de

nova proposta de Lei de Terras e de outros assuntos de políticas públicas com ela relacionados.¹²

IX. Posição do Governo em Relação às Comunidades San

De acordo com o que foi possível estabelecer, o governo angolano não tem actualmente nenhuma política que diga respeito às populações San.

As minorias étnicas e os seus problemas não constam como assunto na vida política de Angola. Alguns dos factores responsáveis por esta tendência são:

- avançados processos de assimilação no período colonial
- a força unificadora da luta anti-colonial
- consciência de unidade nacional criada pela ampla participação na “segunda guerra de libertação”
- o facto de que décadas de guerra resultaram numa experiência ampla e difundida de deslocações e reassentamento, que têm “misturado” populações, levando a que não se associem áreas específicas de terra exclusivamente com um dado grupo etno-lingüístico ou tribo
- a paisagem social de Angola não foi moldada pelas severas políticas de “dividir para reinar” do “desenvolvimento separatista”, com fundamentos étnicos, imposto por exemplo pelo Apartheid na África do Sul.

Debates tidos com o Coordenador do Comité Provincial de Direitos Humanos da província da Huíla, com o Administrador de Kipungu (Província da Huíla) e com Administradores de Cuvelai e Mupa (Província do Kunene) revelam um leque de opiniões entre funcionários estatais que lidam com comunidades San:

¹² A equipa recebeu informação sobre a lei de terra e processos relacionados através de conversas com o advogada Angolana Dr Anacleta Pereira, Sr. Dino Major da ADRA (Acção para Desenvolvimento Rural e Ambiente) e Sr. Alan Cain da Development Workshop. Bibliografia: “República de Angola Avaliação da Lei e Política de Terra” rdi 2002, Relatório Final do Ante-Projecto da Lei de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo”, República de Angola 2002.

- devem ser feitos esforços para evitar a extinção dos San
- tais esforços deveriam ter por base o assentamento dos San num lugar onde possam receber assistência e ter acesso a escolas, serviços de saúde e apoio ao desenvolvimento
- os San deveriam ser encorajados a cultivar
- os problemas de integração das crianças San nas escolas são tão graves que são necessárias escolas próprias para as crianças San
- os San “são excluídos e excluem-se”
- são necessárias políticas de integração que “restabeleçam a dignidade dos San”
- é necessária a educação social de outros grupos, para contrabalançar o racismo e a ideia de que todos os San são nómadas
- o governo tem a responsabilidade de atribuir terra às comunidades San e de os reassentar de acordo com as suas necessidades
- as escolas deveriam reservar cotas para as crianças San, e os professores deveriam ser aconselhados a aplicar medidas especiais para as crianças San
- deveriam ser introduzidas medidas e políticas para que os San não tivessem que pagar taxas médicas e escolares
- os direitos, dos San, ao trabalho, deveriam ser protegidos
- Os San deveriam, depois de formados e integrados, ter colocação em cargos estatais.
- Os San deveriam ser integrados a todos os níveis na sociedade angolana
- Os San deveriam ser respeitados como o primeiro povo de Angola

X. Convenções Internacionais Pertinentes

A Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (Sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (OIT 169)), e o esboço da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU, são duas convenções internacionais sobre os direitos dos povos indígenas. Só a Convenção da OIT tem fundamento legal.

Ambos os documentos estão baseados na ideia da devolução de autonomia social, económica e política, aos grupos indígenas, e no reconhecimento geral dos seus direitos de terra (suz, RA 1, 26)

O sistema das Nações Unidas inclui o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas, o Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas e um Rapporteur Especial sobre os Direitos Humanos dos Povos Indígenas.

A Convenção 169 da OIT estabelece critérios para avaliar a relação entre os povos indígenas e os Estados Nação. As medidas chave da Convenção são:

- * Os governos deveriam estabelecer meios através dos quais os povos indígenas possam participar livremente e a todos os níveis, na adoção de decisões que lhes digam respeito, e estabelecer as estruturas para esse fim (Artigo 6).
- * Os povos indígenas deveriam ter o direito de escolher as suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento e de controlar o seu próprio desenvolvimento social, cultural e económico (Artigo 7)
- * Deveriam ser reconhecidos os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas (Artigos 13-15, 1-19)

Nem Angola, nem qualquer outro Estado africano ratificaram a Convenção 169 da OIT. Uma das razões para isto é que “os governos nacionais, na região, estão relutantes a ampliar os direitos das minorias dentro de um contexto de direitos indígenas e questionam se isto é apropriado no contexto da África Austral” (Suz RA, 28). Tal desconforto com a noção de

“direitos indígenas” está ligado com o ponto de vista que define “o ser indígena... exclusivamente com referência ao colonialismo europeu, em vez de se referir a quaisquer outros momentos históricos, e em virtude disto, a maioria das populações Bantu são indígenas” (suz RA 1, p 27). Mais, “os governos da África Austral entendem que a promoção dos direitos indígenas da forma pensada pela OIT poderia facilmente conduzir a uma maior valorização de identidade étnica e maior divisão social, e em última instância a subversão da imensamente importante tarefa de construir uma nação.” (Suz, RA 28)

Suzman aponta também outro instrumento internacional útil, a Convenção da ONU sobre Direitos Cívicos e Políticos. Esta “convenção aborda, com maior precisão as questões relacionadas à dimensão da sua marginalização social, política e económica, como sendo assuntos de direitos humanos ou assuntos de direitos das minorias, em vez de assuntos de direitos indígenas”. (Suz RA 29)

XI. Âmbito e Implementação do Estudo

O trabalho de campo para este diagnóstico foi feito ao longo de um período de 21 dias, nas províncias da Huíla, Kunene e Kuando Kubango. Foi feita uma breve visita à província de Moxico. O diagnóstico foi feito por uma equipa que incluía um consultor angolano ligado ao Museu Nacional de Antropologia de Angola e um consultor da Namíbia. Os consultores trabalharam em colaboração com dois activistas de advocacia da OCADEC, uma ONG com sede no Lubango.

Metodologia

As informações documentadas neste relatório têm como base avaliações feitas, principalmente, através de entrevistas participativas de grupo, feitas com todos os adultos presentes nas comunidades visitadas. As entrevistas para a recolha de informação, e o debate, foram conduzidas através dum conjunto de tópicos, usado como lista de verificação. As entrevistas de grupo eram ocasionalmente complementadas com discussões em pequenos grupos, e conversas individuais informais.

As perguntas foram elaboradas de forma a estabelecer:

- dados sobre a demografia, localizações, acessos, segurança alimentar, acesso a terra, água, saúde e educação, direitos de terra, história de assentamento, impacto da guerra, participação em instituições sociais, organização social, sentido de identidade, relações sociais, consciência sobre direitos humanos e problemas sentidos
- pontos de vista e opiniões em relação a planos e processos de desenvolvimento futuro, por exemplo, como é que as pessoas querem resolver os problemas, o que vêem elas como causa dos problemas?

As discussões mais profundas serviram para explorar informação contraditória ou alcançar um melhor entendimento sobre os pontos de vista apresentados pelos entrevistados.

Os dados sobre o uso da terra, água, habitação e segurança alimentar foram, onde possível, acrescentados através da observação física. A equipa fez registo fotográficos e vídeos das condições e das ideias expressas.

Como a equipa passava frequentemente a noite nas comunidades San, surgiram oportunidades para uma discussão mais informal e reuniões à volta da fogueira. Estas e outras oportunidades para trocas de ideias em pequenos grupos informais, surtiram por vezes outros níveis interessante de entendimento.

Língua, tradução, participação: A questão da tradução era inicialmente abordada com uma tentativa de identificar, entre a comunidade San, um interlocutor em português. Esse interlocutor iria traduzir perguntas, respostas e diálogos, para a equipa e para a comunidade. Na ausência de interlocutores em português, os membros da equipa comunicavam com os San em Muhandá, Ngangela, Ovimbundu ou Cokwe. Nos casos em que ninguém do grupo a ser entrevistado falasse alguma destas línguas, um administrador ou um membro do mesmo grupo etno-lingüístico mais próximo faria a tradução para o português.

A equipa encorajava à participação activa de todos os presentes, para contrabalançar o monopólio frequente das entrevistas, por parte dos líderes das comunidades, pelos homens ou por auto-designados porta-vozes de fora da comunidade San (sobas, vizinhos Bantu, funcionários do governo, tradutores) que às vezes assistiam ou promoviam as reuniões.

Localizar as Comunidades San:

As comunidades foram encontradas e contactadas de várias maneiras:

- algumas comunidades na Huíla e no Kunene foram avisadas de antemão da chegada da equipa, através de iniciativas da OCADEC. Grupos de zonas próximas umas das outras, encontravam-se entre elas, para conversarem com a equipa, num ponto de encontro pré-determinado.
- no Kunene, membros simpatizantes das FAA (Forças Armadas Angolanas) tinham dado indicações à OCADEC sobre locais onde as FAA tinham notado a presença de comunidades San. Membros das FAA ajudaram também a dar pré-avisos a comunidades inacessíveis de carro, devido à presença de minas ou por não haverem estradas. Estes grupos reuniam-se com a equipa em pontos de encontro pré-marcados.
- foram feitas reuniões com administradores provinciais e municipais e autoridades tradicionais (sobas e sekulos) para obter informação sobre a localização e a demografia das comunidades San.
- a equipa perguntou a todas as comunidades San pelo paradeiro, dimensão populacional e condições de vida de outras comunidades San suas conhecidas.
- a equipa também perguntou aos habitantes locais se tinham conhecimento de qualquer comunidade San no seu distrito.

A cooperação das autoridades locais foi substancialmente facilitada pelas cartas de recomendação que tinham sido escritas a todos os governadores provinciais, pelo Governador Provincial da Huíla a pedido do Delegado do Ministério da Justiça e Coordenador do Comité Provincial de Direitos Humanos na Huíla.

Dificuldades e Limitações

- A equipa percorreu uma distância total de cerca de 2500 km, por vezes em estradas e caminhos em más condições, para conseguir contacto directo com 43 comunidades ao longo de um período de 3 semanas. Isto limitou o tempo que se podia passar com cada comunidade. Por isso, as dinâmicas sociais complexas e as economias de sobrevivência que se observaram só podiam ser avaliadas num grau muito limitado.
- Dadas as limitações de tempo e restrições ao acesso devido à presença de minas ou estradas e pontes intransitáveis, a informação sobre outras 29 comunidades não pôde ser verificada no local pela equipa. Os dados e localizações geográficas destas comunidades permanecem, assim, aproximados e não confirmados.
- Observou-se que a presença de funcionários governamentais, vizinhos Bantu e sobas influenciava a liberdade de expressão dos entrevistados, os níveis de participação e a

qualidade da informação que se recebia. Nos casos onde as entrevistas foram, deste modo, influenciadas negativamente, rapidamente se notava um tom autoritário e de desdém pouco disfarçado perante as comunidades San. Em várias reuniões, toda a equipa sentia que o ambiente era de medo e contenção. Presenciam-se incidentes em que as pessoas entrevistadas expressaram pontos de vista completamente contraditórios, consoante a presença ou ausência das pessoas com quem existem sérios conflitos de interesse.

Dados obtidos

“Estamos contentes que nos tenham vindo ver. Não temos ajuda. Somos vistos como animais.” Viskote.

As conclusões gerais apresentadas nesta secção têm o suporte de mapas, resumos de relatórios provinciais sobre agrupamentos de povoações e fichas sobre comunidades específicas.

Os sumários de relatórios provinciais servem para destacar as diferenças nas condições encontradas nas diferentes comunidades, com respeito o acesso à terra, conflito sobre terra e água, história das povoações e as dinâmicas sociais que serão relevantes para planos de desenvolvimento futuro.

Demografia

Dados confirmados

Estes dados referem-se a informação obtida através do contacto directo com grupos San, no seu lugar de residência ou noutro lugar.

Província	Comunidades/Grupos/Locais confirmados	Demografia Confirmada
Huíla	21	1055
Kunene	13	697
Kuando Kubango	9	262
Total	43	2014

Dados não confirmados

Os dados não confirmados referem-se a informação obtida sobre grupos/comunidades e demografia, a partir de fontes secundárias, i.e. não através dos próprios membros dos grupos. Esta informação foi obtida através de outras comunidades San ou de fontes governamentais, e é portanto considerada como sendo não confirmada. Como muitos San não sabem contar, os cálculos foram feitos pedindo aos participantes que recordassem o número de casas da aldeia de que nos estavam a falar, e depois multiplicando este número, pelo número estimado de pessoas em cada casa. Estimou-se uma média de quatro pessoas em cada casa, visto a equipa ter sido informada que normalmente vivem entre três a cinco pessoas em cada casa.

Província	Comunidades/Grupos/Locais não confirmados	Demografia não confirmada
Huíla	3	73
Kunene	18	728
Kuando Kubango	8	585
Total	29	1386

Total de população confirmada e não confirmada: 3400

Total de grupos/comunidades confirmados e não confirmados: 72

Estimativas adicionais:

Dadas as dificuldades de acesso e altos níveis de deslocamento como resultado da guerra, é possível haver grupos de San no Kuando Kubango e no Kunene a respeito dos quais a equipa não recebeu qualquer informação.

Estão actualmente a regressar a Angola 400 000 refugiados. É possível haver indivíduos e grupos San entre os que voltam da Zâmbia.

Com o retorno de milhões de pessoas deslocadas internamente para os seus lugares de origem, é possível que haja comunidades San entre elas.

Uma visita muito curta ao Moxico revelou que as comunidades San que lá viviam foram mortas durante a guerra ou fugiram. Um pequeno grupo de 32 San foi identificado na província de Moxico depois da equipa lá ter estado. Alguns deles são originalmente de Kangamba no Moxico. É possível que existam mais grupos isolados.

O diagnóstico não incluiu as províncias de Bie, Namibe e Huambo, onde podem existir pequenos grupos de San.

As condições gerais em Angola continuam em mutação e não é possível ter a certeza da demografia da população San. Quanto a isto, deve-se lembrar que não existem dados populacionais recentes, com base num censo geral, para Angola.

Dado isto, é possível que existam mais 200 a 800 San em Angola.

3. Identidades Etno-linguísticas

Os 88 000 a 100 000 San da África Austral falam 35 línguas de Khoe-San. Khoe-San é uma língua base, a partir da qual se desenvolveram famílias de idiomas. (NC) Foram identificadas três principais famílias de idiomas San. Existem vários dialectos dentro de cada família de idiomas. A família de idiomas Ju ou Khoe-San do Norte inclui Ju|'hoan, !Xun e !Kung. A família de idiomas Khoi ou Khoe-San Central (idiomas de Khoe) inclui Khwedam, Naro, Hai||om, G|ui, G||ana, Kua e Tsoa. A família de idiomas de Khoe-San do Sul inclui N|u e !Xõó.

Todos os grupos de San visitados pela equipa identificaram-se como falando !Kung.

Na literatura, também se refere a !Kung como !Xu e são feitas distinções nas quais se diz que os angolanos que falam !Xu falam !Xu Ocidental, Mpungu !Xu e Vasekela !Xu. (MB RA 61). As comunidades entrevistadas durante a elaboração do diagnóstico não fizeram tais distinções.

É provável que as comunidades que se sabe residirem no sudeste do Kuando Kubango (em e ao redor de Diriko e Cuangular) e comunidades dispersas ao redor de Mavinga, falem Kxoe. Constrangimentos logísticos impossibilitaram uma visita da equipa a estas comunidades.

Um número significativo de adultos em todas as comunidades San fala um ou mais dos idiomas Bantu usados pelos seus vizinhos. A equipa observou que, membros das

comunidades San, mesmo quando falavam entre si, usavam idiomas Bantu, alternando entre estes idiomas e !Kung.

Em quase todas as povoações com mais de 20 pessoas, havia alguém com algum conhecimento de português. Normalmente, era um homem que tinha servido no exército.

Padrões de assentamento

O tamanho das comunidades San visitadas variou, desde pequenos grupos familiares de 6 a 10 pessoas, até a aldeias com 230 pessoas. Os grupos pequenos eram, em muitos casos, literalmente uma só família. A maioria das povoações têm uma população total de entre 25 e 40 pessoas. Alguns grupos encontram-se sediados mais permanentemente enquanto outros se movimentam mais.

Nem todos os grupos são compostos por pessoas que vivem juntas há muito tempo. Alguns grupos são formados por pessoas de lugares diferentes, todas com histórias diferentes de deslocamento. Noutros grupos, a maioria das pessoas moraram juntas ao longo de gerações, tendo uma história compartilhada de deslocamentos.

Nem todos os grupos são comunidades, no sentido de terem elos, padrões de cooperação e de obrigação estabelecidos. Neste relatório, os termos “grupo” e “comunidade” são usados com o mesmo sentido.

Povoações permanentes

A equipa localizou, em mapas das quatro províncias, as povoações que se tinham identificado ou que se suponha existirem.

Um grande número de grupos San vive em povoações relativamente fixas. Têm casas de madeira e telhados de colmo, não muito diferentes das dos seus vizinhos Bantu. Têm campos pequenos, trabalham para os vizinhos e saem à procura de comida e animais para caçar.

As povoações permanentes encontram-se frequentemente próximas de riachos ou de fontes naturais de água. Como os mapas revelam, muitas dessas povoações formam agrupamentos com outras no mesmo distrito. As povoações permanentes podem ser “pequenas” ou “grandes”, ou seja, podem ser formadas por entre 3 e 25 casas.

Embora estas comunidades estejam mais ligadas a um lugar fixo, os membros dessas comunidades, ou a comunidade inteira, por vezes decidem mudarem-se para outro lugar no mesmo distrito, em resposta, por exemplo, à escassez de água, ou ao conhecimento de fontes sazonais de alimento noutros lugares. Os grupos em áreas mais densamente povoadas tenderam a mudar-se menos do que os que vivem em áreas menos densamente povoadas.

Povoações Menos Permanentes

Alguns grupos movem-se frequentemente dentro de uma área específica, indo para onde podem colher alimentos do mato. Alguns destes grupos moram em casas mais frágeis, feitas de ramagens e capim. Outros vivem em casas em forma de cúpula, feitas de paus e de casca de árvores.

Os padrões de assentamento são influenciados pelo grau real de acesso duma comunidade ao que foi, em tempos, a sua terra ancestral ou “!nore”¹³. Os grupos que se movimentam menos são aqueles que não têm para onde ir. Os seus !nores estão agora habitados por pessoas, com grandes campos e gado. Um pequeno número de comunidades ainda tem acesso a recursos da terra !nores, que lhes permitem deslocar-se para outro lugar à procura de comida e aí, até mesmo cultivar campos. Estes grupos podem também trabalhar para os Bantu, que também se sustentam a partir do que foi, em tempos, !nore dos San.

Os padrões de assentamento não são estáveis. Algumas comunidades voltaram recentemente aos seus lugares de origem. Algumas comunidades expressaram a ideia de regressar a anteriores lugares de ocupação, dentro do que entendem ser a sua !nore ou terra ancestral. Não se duvida que algumas comunidades mudarão de lugar.

Minorias em áreas de povoações mistas

Nenhuma das comunidades visitadas desfruta do uso exclusivo da terra onde se encontram. Todos vivem a grande proximidade de agricultores e pastores Bantu, que normalmente cultivam maiores áreas de terra, possuem gado e produzem comida em excesso para armazenar. Comunidades San e Bantu vivem juntos, desta maneira, há bastante tempo. Em várias comunidades, disseram-nos que a população dos vizinhos Bantu tinha aumentado nos últimos anos. É provável que isto seja devido a movimentos de população causados pela guerra e deslocamento interno.

Os San angolanos vivem como uma minoria em áreas de ocupação mista em terras que foram, anteriormente, as suas terras ancestrais. Dado que algumas áreas foram povoadas por uma mistura de grupos San e Bantu ao longo de gerações, também é possível que alguns Bantu possam reivindicar tais terras como sendo as suas terras ancestrais¹⁴.

Insegurança alimentar

“Nós dependemos dos Bantus para trabalhar – para comer. Os Bantus estão a desenvolver-se, enquanto nós continuamos com fome.”

Vifwo

¹³ Os San referem-se à “sua” terra com a sua !Nore. O termo descreve uma área dentro da qual um grupo tem direitos sobre os diferentes recursos naturais existentes. Alguns dos recursos encontrados numa !Nore são também partilhados com pessoas que possuem outras !Nores. Uma comunidade pode ser constituída por indivíduos que, colectivamente, são donos de vários !Nore, ou !Noresi. Na maioria das comunidades visitadas, as pessoas referem-se às suas terras como !Nore, mesmo nos lugares onde a terra está agora ocupada por agricultores e onde já não têm usufruto dos direitos que tinham anteriormente. Em muitos casos, grande áreas de terra eram chamadas !Nore, o que pode ser interpretado como todos os !Noresi dos San numa determinada área.

¹⁴ Não existem relatos históricos sistemáticos de povoações e uso de terra pelos San e pelos Bantu juntos. O relato de Estermann (1966) das relações entre os grupos San e os Bantu sugere contacto e proximidade. Uma mulher idosa San, com perto dos 70 anos, disse-nos que quando era jovem em Mutwe-onjamba, os pais tinham pequenas machambas e de vez em quando trabalhavam para os vizinhos Bantu. Este tipo de história requer verificação através do registo sistemático de testemunhos orais.

Todas as comunidades declararam que a fome era um grande problema. A maioria das comunidades disse que enfrentam actualmente escassez de comida. Disseram também que o pior período é a época seca, entre Agosto e Dezembro, quando os alimentos do mato são escassos, as reservas próprias e as dos vizinhos Bantu se esgotam, quando não há, ou há menos, oportunidades de emprego. Algumas comunidades também referiram os meses de Janeiro e Fevereiro – o começo da época chuvosa – como meses de fome. Os padrões sazonais de aumento da insegurança alimentar são influenciados pelo grau de acesso a alimentos do mato, pela quantidade de comida ganha por trabalhar nos campos dos vizinhos Bantu, e pelo tamanho da colheita dos próprios campos.

A equipa constatou que a maioria das comunidades tinha alguma, mesmo que muito pouca, comida. Nas piores situações, não passava de algumas abóboras selvagens que são cozinhadas em água. Nas melhores, consistia numa variedade de alimentos do mato, frescos e secos, milho, massango e Massambala ganhos pelo trabalho.

É importante notar que o período durante o qual foi feito o diagnóstico corresponde ao melhor momento do ano para recolher alimentos do mato, como tubérculos, nozes, melões, bagas, cebola selvagem, espinafre selvagem, melão selvagem e abóbora selvagem. Além disso, os vizinhos Bantu ainda tinham comida em excesso que poderia ser usada para pagar às pessoas a limpeza dos campos, em preparação para a próxima época. À medida que os alimentos do mato e as oportunidades de emprego se tornam mais escassas, prevê-se que as condições de segurança alimentar das comunidades San se deteriorem ainda mais¹⁵.

Mais que 50% das comunidades visitadas tinha muito pouca ou nenhuma comida, e só uma pequena minoria tinha algumas reservas. Tanto as crianças como os adultos pareceram estar mal nutridos e testemunharam-se más condições de saúde em todos os lados.

Vulnerabilidade e Necessidade

Uma recente Análise de Vulnerabilidade publicado pelo Programa Mundial Alimentar de Angola em 2003, apresenta as seguintes definições e categorias, que nos dão uma útil estrutura de referência para este estudo:

Quando é que um grupo de pessoas é “vulnerável” e o que é que isto quer dizer?

O Estudo indica que os **níveis de vulnerabilidade** são “determinados pela possibilidade das pessoas manterem um nível mínimo de consumo até à próxima colheita.”

“Tempo de fome”: Quando é que as pessoas estão em perigo de morrer à fome?

Considera-se que há **Insegurança Alimentar** quando as populações não conseguem, nesse momento, corresponder às suas necessidades de consumo, e não se espera que possam satisfazer as suas necessidades de consumo antes da próxima colheita. A População com Insegurança Alimentar precisa de uma intervenção alimentar imediata (PAM 2003).

A População **Altamente Vulnerável** pode satisfazer as suas necessidades de consumo a curto prazo, mas há a expectativa de que tenham dificuldades durante a época de fome. A População Altamente Vulnerável precisará de uma intervenção durante a época de fome (PAM 2003).

¹⁵ “A insegurança alimentar vai estar mais generalizada no época de fome. Uma proporção significativamente maior de regressados, de reassentados e de residentes vão ter insegurança alimentar nos próximos meses.” WFP 2003, p23.

É possível que a População **Moderadamente Vulnerável** não satisfaça as necessidades de consumo durante a época de fome. Espera-se que a População **Potencialmente Vulnerável** consiga satisfazer as suas necessidades de consumo, a menos que sofram uma séria perturbação no seu acesso a alimentos. As Populações Moderadamente e Potencialmente Vulneráveis precisam de ser monitorizadas para se identificarem possíveis problemas de segurança alimentar nos próximos seis meses (PAM 2003, pag 5).

A aplicação destes critérios às comunidades visitadas revela que:

Constatou-se que todas as comunidades visitadas estavam Altamente Vulneráveis. Destas, algumas tinham Insegurança Alimentar. A maioria podia satisfazer as suas necessidades de consumo a curto prazo, mas a expectativa é que não o possam fazer na época de fome. Para os San, esta é a experiência de fome sazonal, o “tempo de fome.”

As comunidades que se consideraram ter insegurança alimentar são as de Kakombe, o agrupamento Sendi – Vinkwenha – Boa Lembrança e o agrupamento Nelombo – Angulayambodo.

O Estudo de Vulnerabilidade identifica 2.5 milhões de angolanos como sendo vulneráveis à segurança alimentar. Destes, considera-se que 1 milhão tem insegurança alimentar e que 865 000 são altamente vulneráveis (WFP 2003, p 5).

Os San incluídos neste estudo encontram-se, portanto, inseridos numa população maior de 2.5 milhões de angolanos que foram identificados como sendo vulneráveis à segurança alimentar. As observações da equipa não são reflectidas nos mapas da Análise de Vulnerabilidade do PAM para Huíla e Kuando Kubango. Algumas das possíveis razões para isto podem ser a pouca informação registada sobre as comunidades San, e que os números de San, que são relativamente pequenos, não afectem as estatísticas destas províncias.

Fontes de Alimento e de Rendimento

Todas as comunidades visitadas obtêm alimentos de uma mistura de fontes:

- alimentos do mato, inclusive mel
 - comida obtida em troca de trabalho para patrões Bantu (normalmente milho ou massango)
 - uma bebida alcoólica nutritiva dada para “inspirar” as pessoas a trabalhar nos campos dos vizinhos Bantu (um costume conhecido por “ondjambi”).
 - caça de pequenos animais
 - cultivo dos seus pequenos campos próprios
 - troca de carne (de caça), mel, e alimentos específicos do mato por milho, massango, massambala, óleo
 - ajuda alimentar: 40% das comunidades visitadas disseram ter recebido ajuda alimentar e/ou sementes para plantar pelo menos uma vez no último ano.
-
- Algumas comunidades fazem pequenas cestas e grandes cestas de armazenamento, que trocam por comida.
 - Algumas comunidades fazem artigos de ferro como facas, machados e agulhas, que trocam por comida
 - Algumas comunidades fazem cerveja, que vendem aos seus vizinhos.

“Não entreguem a ajuda que nos trazem à administração. Tragam ajuda directamente para nós. No passado, houve ajuda que era para nós mas nós não ficámos com nada. Havia ferramentas e sementes trazidas pelo MINARS. Só nos deram uma parte muito pequena.”

Cafima

Uma reclamação frequente por parte de comunidades que tinham recebido ajuda alimentar era que a ajuda não tinha sido distribuída por completo. Foram feitas alegações, que os sobas locais (autoridades tradicionais) ou os funcionários administrativos encarregues da distribuição de alimentos, tinham ficado com uma parte dos alimentos e das sementes destinadas às comunidades San. Tais reclamações foram acompanhadas por pedidos urgentes para que se entregue qualquer possível ajuda alimentar futura directamente à comunidade e não aos sobas ou aos administradores.¹⁶

Variedades de alimentos: há diferenças consideráveis entre as variedades de alimentos disponíveis nos diferentes lugares. Contudo observou-se que é comum o consumo dos seguintes alimentos:

- Alimentos do mato: nozes de Mangetti, mel, folhas nutritivas, espinafre selvagem, maboque, cogumelos selvagens, nozes, bagas, melões, cebola selvagem, abóboras selvagens, Mahuma, Noncha, Matundu, Mukwa, Noheva, Nonyandi, Twatulu, Milangolo, Mihungu, Mbungo, Mbum, Njuanjua, Mangongo, Mahubi, Metu e Thamba.

Grãos: massango, milho, massambala,

Legumes: feijões, batatas

Várias comunidades possuem algumas galinhas e cabras. Uma minoria possui algumas cabras e um porco. Só em três comunidades há donos de gado, ou possuem 2 a 4 cabeças de gado, “gado comunitário.”

A equipa não encontrou açúcar, sal ou chá em nenhuma das comunidades visitadas.

A fonte alimentar primária é uma mistura de alimentos do mato e alimentos obtidos em troca de trabalho. O peso de cada um desses elementos varia entre comunidades e não pôde ser estabelecida com precisão, por haver também variações sazonais.

Encontraram-se grandes diferenças entre comunidades, no que diz respeito à extensão de cultivo nos seus próprios campos. Uma pequena minoria não tinha nenhum campo próprio. Muitos factores influenciam a situação: indisponibilidade de sementes, e de ferramentas para trabalhar a terra, terras férteis ou estéreis, chuva, o hábito de cultivar, haver gado para arar.

Em algumas áreas, onde há mais abundância de carne de caça, esta é a principal fonte de alimentação.

É importante notar que um número significativo de pessoas, do total da população rural vulnerável de Angola, sobrevive, de forma considerável, da recolha de alimentos do mato, de mel e da caça e pesca¹⁷.

Saúde

“As nossas crianças morrem porque nós não podemos pagar.” Mutwe-ondjamba

¹⁶ Pessoal da OCADEC registou casos em que a ajuda alimentar não foi distribuída às comunidades San, ou onde os sobas distribuiram ajuda alimentar em troca de mão de obra (Testemunho pessoal, Julho de 2003)

¹⁷ Este facto também é apresentado no Estudo de Vulnerabilidade do PAM: “A pesca, a caça, a recolha de cogumelos e de mel tiveram um importante papel na manutenção de um determinado nível de consumo para muitas pessoas vulneráveis.” PAM Estudo de Vulnerabilidade, p3.

Doenças: Observou-se uma alta prevalência de doenças infecciosas e evitáveis em todas as comunidades. Todas as comunidades relataram problemas sérios de doenças. As doenças mais relatadas e testemunhadas eram infecções pulmonares, infecções dos olhos, diarreia, sarampo, e malária..¹⁸

A equipa encontrou provas difundidas de desnutrição entre crianças e adultos.

5.2 Acesso a serviços de saúde: A maioria das comunidades, informou que não têm acesso a clínicas e postos de saúde pelas seguintes razões:

- as clínicas são demasiado longe das suas povoações, e o custo do transporte é incomportável
- o custo de tratamento é incomportável

A equipa também ouviu queixas, de que os San são frequentemente insultados e mal tratados pelo pessoal dos postos de saúde.

Um exemplo do estado pobre em que se encontram os serviços de saúde, geralmente, nas áreas rurais, foi testemunhado directamente na província do Kunene, quando a equipa tentou conseguir tratamento para uma criança San que tinha feridas duma queimadura, seriamente infectadas e com pus, ao redor dum olho. Disseram-nos que as enfermeiras da clínica em Mupa viviam “longe demais” para serem chamadas. Os funcionários locais examinaram a criança grosseiramente e acusaram o pai de negligéncia. Disseram-nos que a criança teria que esperar até à manhã seguinte. Depois de mais perguntas, soubemos que não havia nenhum medicamento na clínica de Mupa, e que iriam tentar levar a criança para a clínica de Cuvelai. Também não era certo que a clínica de Cuvelai tivesse qualquer tipo de medicamento. Os San entrevistados acreditam que são frequentemente mandados embora por não serem considerados uma prioridade quando se trata de dispensar materiais médicos limitados.

Os três grupos principais de doenças são:

Malária – causada por mosquitos e poças de água na estação chuvosa. Taxas de sobrevivência são afectadas pelo estado de saúde global, que é afectado pelos níveis de nutrição.

Doenças respiratórias – infecções que são mais frequentes na estação seca e fria e que aparecem por falta de roupa, mantas, abrigo, baixas temperaturas e fraca nutrição.

Diarreia - causada por impurezas na água e afectada pelos níveis de nutrição.

“Quando as pessoas estão mesmo doentes e a nossa medicina não resulta, então elas apenas esperam pela morte.” (Tandawe)

5.3 Taxa de mortalidade: encontraram-se altos níveis de mortalidade e morbilidade infantil na maioria das comunidades visitadas.

Registou-se um total de 204 mortes por doença no último ano, na população de 2014 pessoas com quem a equipa contactou directamente. Estes números são, no entanto, apenas indicativos, pois o conceito temporal do “último ano” terá sido provavelmente interpretado de diferentes maneiras por diferentes pessoas.

¹⁸ Outubro de 2002. Um estudo feito em povoações San na província de Huíla (Vikwenha, Boa Lembrança, Hombo, Sendi) regista a prevalência de má nutrição, infecções pulmonares, parasitas intestinais, infecções dos olhos, e sarna. Relatório da visita ao grupo Khoisan, em Quipungo, realizada dia 17-10-02, Cruz Verde de Angola.

Mesmo tendo em conta tais considerações, a alta incidência de mortes por doença é uma causa de séria preocupação.

As condições pobres de saúde e dos serviços médicos são um problema sério, que tem um grande impacto negativo nas comunidades vulneráveis das zonas rurais de Angola¹⁹.

¹⁹ “Os níveis registados de mortalidade e morbidez são extremamente altos. Epidemias de malária, diarreia, e doenças respiratórias, não estão controladas.” (Estudo do PAM, p.23) e “Uma situação de saúde difícil foi o risco mais frequentemente registado nos Estudos de Vulnerabilidade. Uma ausência total de serviços foi realçada como a causa primária de níveis extremos de doença e das mortes resultantes. O relato da falta de acesso a postos de saúde e hospitais adequados foi quase universal.” (PAM 2003, Estudo, p.4).

5.4 Prevalência de Medicina Tradicional: Todas as comunidades informaram que usam a medicina tradicional San e que também fazem uso dos serviços dos curandeiros dos grupos vizinhos de Bantu (contra pagamento). Muitas comunidades informaram que praticam a dança San de cura ou de transe.

6. Acesso à Água

O acesso à água é um factor onde há consideráveis diferenças entre as diversas comunidades San. Não há nenhum problema de acesso a água para uso doméstico nas comunidades que vivem perto de rios e riachos. Ao fazerem-se mais perguntas, percebeu-se que em alguns casos, tinham surgido conflitos quando famílias San tinham querido fazer hortas ao longo de um riacho, nas “suas” terras, mas tinham sido forçadas a abandonar essas hortas pelos seus vizinhos.

As comunidades que vivem em áreas secas sem riachos, relatam problemas sérios de falta de água e de conflito com grupos vizinhos sobre o uso da água disponível. Estes problemas ocorrem mais na província do Kunene.

Vários grupos informaram que tinham perdido bens básicos, inclusive recipientes para água, como resultado do deslocamento e de exposição a conflito violento. A aquisição de recipientes para água foi citada, por estes grupos, como uma necessidade prioritária.

Educação e Cultura

Alfabetização: A taxa de alfabetização entre adultos e jovens San é muito baixa. A equipa constatou haver menos de 20 pessoas com algum grau de alfabetização nos grupos que entrevistou. O grau mais alto de instrução formal alcançado era a quarta classe.

Uma percentagem muito pequena de crianças San frequenta a escola regularmente. Isto é verdade tanto nas comunidades localizadas em áreas onde não há nenhuma escola perto, quanto nas comunidades onde existem escolas de aldeia perto.

Algumas das razões citadas para as crianças não frequentarem a escola são:

- os pais não conseguem pagar as taxas de inscrição (onde elas existem)
- os pais não conseguem pagar os uniformes e materiais como livros e lápis
- as crianças não vão à escola por falta de comida; houve pais que explicaram que as crianças não podiam ir à escola enquanto tivessem fome, e que nesses casos precisavam de ir em busca de comida, em vez de ir à escola.
- não há nenhuma escola perto da povoação
- as crianças dos vizinhos Bantu insultam, chamam nomes e batem nas crianças San. A base deste comportamento é que os San são considerados “pobres sujos que não são nada.” Estes problemas também foram citados por administradores locais, que num caso disseram ter tentado chamar a atenção dos pais destas crianças para o seu comportamento.
- alguns membros da comunidade explicaram que “não tinham o hábito de enviar as crianças para a escola”

A maioria dos pais disseram que pensavam que as suas crianças beneficiariam por frequentar a escola. Queriam que as suas crianças frequentassem escolas perto dos seus lugares de residência.

Cultura tradicional: A equipa observou que todas as comunidades estimam o idioma de !Kung. Diferentes comunidades praticam a cultura !Kung em graus variados.

Disseram-nos que contar histórias é uma prática comum.

Só se encontraram instrumentos musicais em duas comunidades. A maioria das comunidades disse que cantam as canções dos vizinhos Bantu.

A maioria das comunidades declarou que praticam as danças San de transe ou curativas.

Foi interessante verificar que várias comunidades tinham adoptado práticas culturais dos vizinhos Bantu, como as suas canções, ritos de puberdade e de iniciação. Em Cafima a equipa testemunhou danças executadas por mulheres jovens que combinaram o cantar de canções Kwanyama com danças de transe.

Divisão de Tarefas e relações de género

Encontrar alimentos é da responsabilidade de todos: homens ou mulheres, crianças e jovens. Os homens caçam. Na tomada de decisões, as opiniões e ideias das mulheres são normalmente tidas em conta.

Todas as comunidades San visitadas declararam que as mulheres e crianças vão buscar água e encontrar comida, mas que os homens também ajudam nestas tarefas. Os homens caçam, constróem casas, procuram lenha e vão buscar mel. Pareceu, à equipa, haver flexibilidade nesta divisão de tarefas.

Homens, mulheres e as crianças mais velhas trabalham nos campos dos vizinhos em troca de comida. Os homens e mulheres fazem cestas.

Perguntas sobre o papel das mulheres nas tomadas de decisão, e sobre o comportamento dos homens para com as mulheres, frequentemente geravam risos e discussões. As mulheres contradisseram várias vezes os homens, que afirmavam ter todo o poder, sublinhando que elas influenciam as decisões importantes. Pareceu-nos que é hábito serem os homens a representar as comunidades quando vêm pessoas de fora, e que isto cria a impressão que eles têm todo o poder. Os homens têm mais poder social no que diz respeito à relação com pessoas de fora, porque mais homens que mulheres falam outros idiomas que não !Kung.

A equipa ouviu histórias de homens que batem nas mulheres quando estão bêbados.

As comunidades mais estáveis parecem ter uma tradição profunda de escutar as mulheres, e também as mulheres mais velhas. Parece haver uma cultura de aconselhamento mútuo entre pessoas. Isto foi descrito à equipa por um grupo de San que estavam a tentar perceber se as decisões eram tomadas pelos homens ou pelas mulheres. Descobriu-se que uma mulher do grupo é sempre consultada, mesmo quando parecia serem os homens a tomar uma decisão.

Noutras comunidades, com menor coesão interna, podem ter-se desenvolvido padrões de dominação masculina, equivalentes aos que as pessoas teriam sido expostas na Defesa Civil e no exército. Possivelmente estes grupos têm tendência a dominar, excluir e “bater nas mulheres quando estão bêbados.” Durante algumas discussões sobre o papel das mulheres, a equipa sentia que algumas mulheres estavam profundamente ressentidas no que diz respeito às tendências dominadoras dos seus homens.

Impacto da guerra

Homens San foram contratados como pisteiros, unidades de reconhecimento, soldados e defesa civil por todos os lados do conflito em Angola e, até 1989, pela Força de Defesa Sul Africana.

Todas as comunidades visitadas informaram que alguns dos homens, e em alguns casos a maioria dos homens, tinha servido num dos lados da guerra. Na sua maioria, ouvimos que os homens tinham servido na FAPLA, FAA ou nas unidades de Defesa Civil, que consistiam em homens armados estacionados em aldeias estratégicas e cidades, com a finalidade de defender tais cidades na ausência de pessoal do exército normal. A informação recebida sugere que os San actualmente já não têm armas, visto estas lhes terem sido retiradas durante a desmobilização após a paz em 2002.

Em alguns casos, comunidades inteiras viveram durante um tempo considerável em aldeias protegidas, enquanto os homens estavam envolvidos em tarefas de defesa civil em diferentes partes de Angola.

Ouvimos relatos de alistamento voluntário e forçado. Muitas comunidades informaram que os homens não tinham voltado da guerra. A equipa recebeu informação de 4 homens que continuam a trabalhar para as FAA.

Com a excepção de duas, todas as comunidades dizem ter sido deslocadas do seu lugar de residência como resultado da guerra. No mínimo, foi efectuado um único deslocamento, de curta duração. A maioria das comunidades relatou histórias complexas de deslocamento, e às vezes de reassentamento forçado. A composição das comunidades raramente era uniforme: a maioria das comunidades inclui pessoas com histórias diversas de deslocamento e restabelecimento.

Várias comunidades relataram grandes perdas como resultado de reassentamento forçado e exposição a conflitos armados. Tais perdas incluem perda de ente-queridos, e perda de bens essenciais como roupa, ferramentas, mantas, recipientes e casas.

A equipa encontrou duas pessoas que tinham perdido membros como resultado de acidentes de minas. As comunidades tinham relatos de outras vítimas de minas.

Algumas, mas não todas, as comunidades informaram que o comportamento dos homens tinha mudado desde que tinham estado na guerra: bebiam mais e batiam mais nas suas esposas e uns nos outros quando bêbados.

Embora fique além do âmbito deste estudo detalhar o impacto da guerra nas comunidades San, é provável que a experiência das comunidades San espelhe o sofrimento, trauma, violações e choques indescritíveis suportados por muitos sectores da população angolana no decurso da guerra.

A coesão social, e a sensação de comunidade baseado na pertença e em valores comuns, ligações de amizade e de família, foram indubitavelmente afectados pela experiência de guerra e de deslocamento.

A participação na guerra criou uma “consciência nacional” e a sensação associada de ter direitos por serem Angolanos, entre as comunidades San. A equipa notou que a maioria das comunidades visitadas declararam ter os mesmos direitos que qualquer outro, mesmo se esses direitos não fossem respeitados pelos outros. É muito provável que este sentido básico de política e consciencialização das comunidades San tenham sido influenciados pela sua participação na guerra²⁰.

²⁰ Neto escreve sobre “Consciência Nacional” em Angola que “...guerras recentes foram sempre conduzidas, apesar de tudo, em nome dos direitos dos Angolanos”...Desde a independência, tem havido um aumento no número de pessoas que se considera Angolana, e como tal exige os seus direitos”. Neto, em Robson, p.38

Direitos de Terra Inseguros

“Nós não temos ferramentas, sementes, nem gado para assegurarmos a nossa terra. Queremos a nossa terra de volta. Posso mostrar-vos como é grande, onde são os seus limites. Mas agora os nossos vizinhos aram mesmo até às portas das nossas casas. E se encontram as nossas crianças nos campos deles, batem-lhes.”

Mutwe-ondjamba

“Dizem-nos, “Vocês são preguiçosos. Dêem-me esse campo. Vão trabalhar para mim.” Tsholo

A situação geral é que os San não têm nenhum título de terra, direitos assegurados de terra ou recursos naturais.

Os grupos San angolanos são minorias em áreas povoadas por grupos Bantu. Ocupam pequenas parcelas de terra cercadas por terra dos Bantu. A maioria das povoações San visitadas, estavam, de facto, localizadas dentro de povoações Bantu. O resultado é que o acesso à terra e aos recursos naturais é drasticamente limitado, e há casos de conflito sobre o uso da terra, ou há um forte potencial para haver conflito sobre o uso de terra e de recursos naturais. Verificou-se, portanto, que os direitos de terra são muito limitados e inseguros, na maioria das comunidades visitadas.

Nos casos onde as comunidades San vivem em áreas menos densamente povoadas, há menos pressão sobre os recursos da terra, e portanto há menos restrições e menos conflito real e potencial por causa de uso da terra. Nesses casos, os direitos de terra são, de facto, menos limitados, mas continuam a ser julgados como sendo muito inseguros.

Bases de reivindicação de direitos de terra

Diferentes comunidades têm histórias diferentes de assentamento, expropriação e deslocamento.

Duma forma geral é possível generalizar as histórias narradas em quatro categorias:

Residentes: Grupos e comunidades que não saíram da sua povoação ou que saíram durante algum tempo mas voltaram aos seus lugares de origem há mais de 2 anos. Estas comunidades dizem que estão na terra dos seus antepassados. Em todos os casos, estes residentes são agora uma minoria na “sua” terra, que descrevem como tendo sido muito maior do que é actualmente. Em todos os casos, o direito dos residentes de ocupar essa terra é reconhecido pelos sobas Bantu locais. Alguns residentes também reivindicam direitos a outras áreas de terra, com base em também terem sido a terra dos seus antepassados.

Regressados: Grupos e comunidades que regressaram aos seus lugares de origem, que consideram ser “sua” terra. Os regressados podem ter voltado espontaneamente ou com ajuda governamental. Antes, eram deslocados internos (IDPs) que, em alguns casos, perderam todos os seus bens durante a guerra. Em vários casos, regressaram à sua terra junto com os grupos Bantu com quem tinham fugido do lugar de origem.

Reassentados: Grupos que se mantêm na terra onde foram reassentados. O seu direito de permanecer na terra é normalmente reconhecido pelo soba Bantu local.

Deslocados Interno (IDP): Grupos que vivem na terra dos outros, numa base temporária, sem lá terem sido oficialmente reassentados.

Os residentes e regressados fundamentam a sua reivindicação de direito à terra no princípio de duração de ocupação, e no princípio de direitos de terra ancestrais.

Reconhecimento de Direitos

“Esta terra é nossa. Os vizinhos reconhecem que é nossa. Mas nós não temos nada e dependemos deles. Por isso, eles oprimem-nos. Mas no livro está escrito que nós somos os primeiros angolanos.” Ntopa

“Resta-nos agora a parte mais pequena da nossa própria terra. Se não tivermos sementes, ferramentas e gado para arar, eles levam-na toda. Eles vêem que nós não fazemos campos grandes. Não podemos dizer que eles reconhecem os nossos direitos à terra.” Cafima

Quando lhes é posta a pergunta, os regressados e os residentes dizem todos que as autoridades tradicionais (sobas) locais Bantu e os funcionários governamentais locais reconhecem os seus direitos de terra. Porém, isto inclui apenas um reconhecimento muito limitado de direitos. Os San ou os seus líderes não exercem controle sobre as “suas terras”. Não têm nenhum poder para repartir terra. Os San não exercitam jurisdição sobre a sua terra. O controle dos recursos de terra e toda a autoridade social pertence às autoridades tradicionais Bantu. Assim, pode-se dizer que, na maioria dos casos, os direitos de terra dos grupos San são limitados à sua presença ser tolerada, com base em termos e condições quase completamente fora do seu controle.

Reconhecimento de Líderes, Representação,

O reconhecimento de direitos de terra é muito ligado ao reconhecimento de autoridade política e ao reconhecimento de líderes de comunidade. Enquanto que a maioria dos grupos visitados têm pessoas designadas como “líderes”, quase todos os grupos visitados disseram que estão sob a jurisdição do soba local Bantu, e que este era a pessoa a quem se dirigiam para solucionar disputas sérias. Em vários casos, disseram que os líderes tinham sido escolhidos pelos sobas Bantu.

Similarmente, os líderes San não têm representação regular nos conselhos de soba locais, nos quais os sobas se encontram com o seu “sekulo” (um membro da Autoridade Tradicional que representa o soba num sub-distrito) e com membros da administração. Como foi dito à equipa, “nós estamos presentes quando somos convidados.” A impressão com que se fica é a de não haver qualquer partilha na tomada de decisões, que o poder está somente nas mãos dos sobas Bantu e que os líderes San são chamados a reuniões para receber ordens ou instruções destinadas às comunidades San.

Nas comunidades visitadas, a equipa identificou dois líderes San que são reconhecidos como líderes pelas estruturas de governo locais e pelo conselho de autoridades tradicionais na sua área (sobas). O Sr. Perikito, do Hombo no Município do Kipungo, e o Sr. Arudinga, da Cafima no município do Kwanyama, são líderes San reconhecidos, que mantiveram relações com o governo durante vários anos. Na realidade, ambos os homens agem como representantes, através dos quais as agências governamentais comunicam com as comunidades San. Além da função de resolução de disputas internas, estes líderes reconhecidos têm muito pouco poder real, visto não terem nenhuma jurisdição sobre a terra e os recursos naturais e são, de facto, subservientes aos sobas Bantu, mais poderosos nas suas áreas.

Exploração de mão de obra

“Pagam-nos com a comida que temos que comer para trabalhar. Não nos dão comida para comermos enquanto trabalhamos. Não me tratam bem. A minha força é para os outros. Não me resta nada.” Kakwa

“Trabalha-se das sete às quatro ou cinco. Se está cansado e reclama, dizem-nos que somos preguiçosos e que devemos esperar pelo MINARS e que não nos vão pagar.”
Kakombe

Com menos disponibilidade de recursos naturais, a base de sobrevivência dos grupos San tem mudado, cada vez mais, da caça e recolha, para trabalho para outrém.

As condições trabalho em troca de comida são conhecidas universalmente como sendo injustas e uma exploração. A informação que nos foi dada indica que as pessoas recebem entre um e quatro “quilos” de milho ou massango, massambala por trabalharem entre 6 e 8 horas. A unidade de pagamento referida como um “quilo” é em alguns casos determinado pelo tamanho dum recipiente, em vez de uma medida de peso. O tamanho do recipiente varia de lugar para lugar. Algumas pessoas são pagas com milho pilado e massango e outras não.

Em alguns casos, pagam o trabalho com uma bebida alcoólica nutritiva. Esta prática é chamada “ondjambi” e é bastante usada nos campos Bantu em tempos de colheita.

Uma queixa frequente é que, por um dia de trabalho, recebem muitas vezes a mesma quantidade de comida que precisam de consumir para trabalhar e assim “não há nada para levar para casa.”

A equipa ouviu também relatos de conflitos entre os trabalhadores San e os patrões Bantu, nos quais os patrões se recusaram a pagar o preço acordado, ou se recusaram a pagar depois da conclusão do trabalho.

Discriminação

Em Tsholo, um homem foi agredido quando exigiu ser pago de acordo com o que tinha concordado com o patrão Muhanda. Disseram-lhe, “És pequeno, batemos-te. Não tens para onde ir.” Tsholo

“É nosso direito receber a mesma ajuda que os outros. Queremos a mesma ajuda que o governo dá aos Bantus.” Cafima

Todas as comunidades visitadas expressaram sentimentos muito fortes de raiva e dor sobre a discriminação com base na etnia e características culturais. Não são tratados da mesma maneira que os outros porque são San: os seus direitos de terra não são respeitados, a privacidade das suas casas não é respeitada, não são pagos como os outros, muitas vezes não são vistos como pessoas, mas como seres inferiores com menos direitos. San de todas as idades dizem que são muito abusados, insultados e tratados sem respeito. A equipa testemunhou frequentes incidentes nos quais os San eram tratados de uma maneira áspera ou simplesmente ignorados ou foram tratados como se não tivessem nenhuma opinião ou a capacidade de a expressar.

Uma forma comum e muito usada de abuso é “chamar nomes” ou referir-se aos San com termos bastante ofensivos. Tais termos ofensivos sobre os San existem na maioria dos idiomas indígenas da África Austral. Em Angola, os San são chamados “Kamusekele”,

“Vakusu”, “Óvulo-kwankala”, “Kwangara” e “Vasekela.” Ouvimos muitas reacções fortemente emocionais quando expressaram a dor que sentem quando se referem a elas deste modo.

Em muitos casos, estes termos estão tão profundamente enraizados, que os San se referem a si próprios com eles.

As crianças San falam da sua experiência de discriminação quando frequentam escolas. A equipa registou incidentes onde as crianças na escola eram gozadas, chamavam-lhes nomes, e até lhes batiam. O gozo acontece quando as crianças San são ridicularizadas por não terem roupas aceitáveis e por estarem sujas. Dizem-lhes, “vocês são animais, vocês não são nada.” Esta é uma das razões por que as crianças San não vão à escola.

Dependência profundamente enraizada

“Nós dependemos dos Bantu para trabalhar – para comer. Os Bantu estão a desenvolverem-se, enquanto nós continuamos com fome.”

Vifwo

Enquanto a esmagadora maioria das comunidades visitadas expressou forte descontentamento e raiva sobre a desigualdade, discriminação e exploração, também nos disseram frequentemente que a cooperação com os vizinhos Bantu era importante e que não queriam ir para longe dos vizinhos Bantu porque isso significaria passarem fome, devido a falta de oportunidades de negócio e de trabalhar para receber comida.

Quando lhes perguntámos se cooperariam com os vizinhos em projectos de desenvolvimento, algumas comunidades disseram que sim porque precisavam da ajuda dos vizinhos.

A equipa ficou com a impressão que, em certos casos, a dependência está tão profundamente enraizada que alguns San não conseguem imaginar lutar pelos seus direitos, com medo de repercuções piores que o abuso e discriminação que suportam actualmente.

Abusos de Direitos Humanos, Consciência de Direitos Humanos, Identificação própria de Grupo e Nacional

A existência difundida de severa discriminação, abuso racista e exploração, constituem violações severas dos direitos humanos. Estes abusos estão tão difundidos e enraizados que podem ser considerados como sendo de natureza sistémica e institucionalizada.

A equipa soube de 2 casos de abuso físico. É possível que haja, de facto, mais casos, mas não nos foram relatados por medo de represálias. É importante lembrar que estavam frequentemente presentes durante as reuniões, membros da comunidade Bantu. Às vezes, os vizinhos Bantu iam a reuniões com grupos San. Ocasionalmente, um soba Bantu ou sekulo lhe tinha sido contactado, desejava estar presente durante o encontro da equipa com os grupos San. Provavelmente os San teriam cuidado ao fazer alegações muito sérias sobre vizinhos Bantu, dado os níveis de dependência e a ausência de qualquer hipótese de recurso a árbitros de justiça neutros. Por outro lado, também é possível que a estratégia de sobrevivência dos San, de ficar longe de conflitos e evitá-los, manteve o número de violações de direitos humanos aos níveis, aparentemente baixos, relatados à equipa.

Uma das perguntas que foi respondida exactamente da mesma maneira, nas três províncias, por San das comunidades, era se eles se viam como diferentes das outras pessoas. Em todos os casos nos disseram, “O sangue é o mesmo” e “Deus fez-nos todos iguais” e “só a cor e a língua é diferente.”

Esta resposta também parecia influenciar o que pensam e a consciência que têm sobre direitos humanos. Quando lhes perguntámos se estavam atentos aos seus direitos de acordo com a constituição angolana (chamada a “lei da terra”) uma resposta muito comum era que os San são iguais aos outros, que mereciam ser tratados com justiça, que tinham o direito de trabalhar e de ter terra, como todos os outros. Também ouvimos muitos comentários no sentido de que “nós conhecemos a lei, mas os outros não a conhecem, pois não a aplicam connosco” ou, se as pessoas não tivessem ouvido falar da constituição e de um código de direitos, a sua reacção à subsequente discussão era, “a lei aqui não é conhecida porque aqui não funciona.”

Sem sítio para onde ir

“Nós preferimos evitar problemas. Reclamar só ia aumentar o problema.” Bairro Novo

Quando a equipa perguntou às comunidades se tinham algum sítio onde registrar reclamações, ouvimos sempre as mesmas respostas: não havia nenhum, os sobas não prestam atenção às suas reclamações, os patrões mandam-nos embora porque “eles não são nada” e “porque não são vistos como gente.” Também ouvimos muito frequentemente a afirmação de que é melhor evitar conflitos, porque reclamar ia apenas cria problemas piores.

Liderança, tomada de decisões, organização social

“Nós escolhemos o nosso líder porque é uma pessoa tranquila e tem experiência. Podemos mudá-lo se ele se recusar a fazer o trabalho dele.” Vikungu.

A maioria das comunidades tinha pessoas designadas como líderes. Em muitos casos, tinham sido escolhidos a pedido de uma agência ou instituição externa. Em alguns casos não era claro se o líder tinha sido escolhido por funcionários da administração ou por sobas. A nossa impressão é que a maioria dos líderes designados foram indicados ou escolhidos com o consentimento e aprovação do grupo maior. Isto parece ser o que acontece especialmente em grupos pequenos, mas também pareceu ser verdade no caso de Sr. Arudingu, o soba San da Cafima. O Sr. Arudingu é o soba de 230 residentes em Cafima, sendo também a autoridade tradicional das povoações San ao redor de Cafima e mais a Norte na província do Kunene.

Os líderes San não gozam de alto “status” e respectivos códigos de respeito, autoridade, subserviência e poder outorgados aos líderes doutras sociedades. Quando questionados sobre o que fariam se o seu líder não fizesse o seu trabalho, os entrevistados responderam frequentemente que o removeriam e substituiriam.

Enquanto só muito poucas comunidades afirmaram ter reuniões regulares para gerir questões da comunidade, a maioria das comunidades parece seguir uma cultura de consulta, através da qual o líder fala com todos individualmente e arranja assim consenso sobre assuntos importantes.

Quando questionadas sobre a participação das mulheres na tomada de decisões, muitas, mas não todas, as comunidades afirmaram que as opiniões das mulheres tinham influência nas decisões. No caso da comunidade de Agulayambodo, que tinha caminhado uma considerável distância para se reunir com a equipa, os homens diziam que eles é que tinham tomado esta decisão. As mulheres responderam de forma muito expressiva, argumentando que os homens estavam a mentir, pois tinham sido as mulheres a decidir.

A cultura San é muito comunal, informal e com vida, com muitos jogos de expressão e de palavras, muita mímica, gesticulação e imitação. Os grupos que visitámos são relativamente nivelados, no sentido de serem todos igualmente pobres e as pessoas serem muito

dependentes umas das outras para a sua sobrevivência. A sobrevivência do grupo é organizada com base em códigos complicados de partilha e troca.

A equipa deparou-se apenas com pedidos muito raros e isolados de ajuda directa, e em nenhum caso de “mendigar”. Isto indica a integridade e dignidade individual que as sociedades San conseguiram preservar, face a todas as dificuldades descritas neste relatório.

Porém, a equipa encontrou alguns grupos que estavam desanimados, desorganizados e desesperados.

“Nunca nos reunimos. Nada nos reúne. Os problemas não são resolvidos. As decisões são tomadas por outros.”

Kakombe

Alguns grupos e comunidades com quem nos encontrámos durante a elaboração do diagnóstico pareciam sofrer um alto grau de desintegração social. Testemunhámos discussões abertas, grandes ressentimentos latentes e divisões antigas e persistentes. Algumas comunidades também sofrem de altos níveis de abuso de álcool. Numa dessas comunidades, a atmosfera de desespero e abatimento foi sublinhada pelo testemunho que as pessoas “resolvem” conflitos lutando fisicamente entre si. A equipa só raramente testemunhou tais níveis de desintegração social.

Capacidade Organizacional e Preferências

O facto das sociedades San conseguirem sobreviver sob as difíceis condições sociais e económicas que enfrentam, demonstra uma significativa capacidade organizacional. A cultura de sobrevivência San adaptou-se de vários modos. As actividades de caça e recolha são completadas com agricultura. A maioria dos grupos virou-se para a agricultura de uma forma ou outra. Isto reflecte uma capacidade de adaptar e integrar “novos” elementos de produção na sua organização social.

Os pequenos campos dos San são trabalhados por famílias individuais, em vez de serem cultivados de forma colectiva. Algumas comunidades tinham ferramentas que compartilhavam. Algumas comunidades tinham maneiras de obter ferramentas emprestadas dos vizinhos Bantu. Algumas comunidades tinham acordos complexos para cuidar de animais dos vizinhos Bantu, e algumas comunidades pareciam não ter nenhum destes esquemas implementado.

A discussão sobre preferências de desenvolvimento normalmente baseava-se na necessidade declarada de ter ferramentas agrícolas, sementes e animais para arar. A equipa perguntou como achavam que a partilha e manutenção desses recursos deveria ser organizada. Foram discutidas ideias sobre um banco de sementes e um fundo para gado, que obrigariam os beneficiários das sementes e gado a devolver recursos para um fundo colectivo, para beneficiar outras comunidades San necessitadas. Em alguns casos, as pessoas conseguiam concordar com a lógica dessa ideia, e com o conceito de laços comuns que definem uma mais forte unidade colectiva. Noutros casos, a ideia do grupo pequeno e de um individualismo feroz, dominava o pensamento das pessoas, de tal modo que rejeitavam a cooperação com outros grupos San.

A maioria das comunidades expressou o desejo de se organizar nos seus pequenos grupos já existentes e em lugares distintos. A razão de ser disto era sempre a mesma: “Se nos juntamos a outros, vamos criar conflito entre nós.” Outra razão dada era que outras comunidades vivem longe demais para compartilhar ferramentas e gado para arar. Só uma

pequena minoria (2 grupos) de entrevistados declararam que ficariam contentes ao cooperar com os seus vizinhos Bantu em possíveis projectos de desenvolvimento.

A preferência para se organizarem em grupos pequenos reflecte a predominância do grupo ou conjunto pequeno, familiar, como a unidade social primária da sociedade San.

A maioria dos grupos expressou interesse num encontro com outros grupos San a nível nacional e regional, com a finalidade de trocar experiências e obter ideias para o desenvolvimento.

Necessidades

“Queremos trabalhar para o nosso próprio desenvolvimento para podermos ser como os nossos vizinhos.” –Tsholo

“Nós temos força para trabalhar. Queremos ajuda para podermos trabalhar. Para podermos ser independentes.”

Vifwo

“Podemos trabalhar juntos para produzir alimentos. Sabemos como. O que nós precisamos é de ferramentas.” Angulayambodo

“Quando se forem embora, têm que voltar. Nós não vamos sair deste lugar. Esta é a nossa terra. Não a damos a ninguém.” Mutwe-ondjamba

“Estamos prontos a trabalhar convosco. Queremos construir uma vida nova. Temos terra. Precisamos de ferramentas e de gado para desenvolver.” Soba San Arudingu (usar com fotografia)

“Com as nossas mãos só podemos cultivar campos pequenos. Gado e arados iam ajudarnos a produzir alimentos. É assim que os outros sobrevivem. Nós não queremos depender deles. Mas nós precisamos de ferramentas para fazer o trabalho.” (Lupanja)

Pedimos às comunidades para identificarem as suas necessidades e indicarem as três necessidades mais urgentes. Isto provocou sempre intenso debate e discussões.

A lista das necessidades gerais de todas as comunidades era: comida, água nas comunidades onde há escassez, roupa, mantas, medicamentos/clínicas (**posto de saúde**), sementes, ferramentas agrícolas, gado para arar, recipientes para água, bombas de água, sal, sabão, e escolas.

As comunidades não identificaram a necessidade de terra ou mais segurança nos direitos de terra como uma das suas necessidades. Uma razão para isto é a confusão que existe entre a ideia que a terra lhes pertence, e a realidade prática de terem muito pouca terra e muito pouco controle sobre ela. A imaginação de terra ancestral “disponível” não coincide com a realidade de direitos de terra muito reduzidos.

As maioria das pessoas colocava no topo da lista de necessidades a alimentação, mantas e roupa. A equipa perguntava-lhes como poderiam conseguir obter tais coisas, e quem os arranjaria. O debate era em redor da diferença entre receber donativos ocasionais e receber os meios com os quais produzir alimentos e reservas de alimentos, e com elas poder adquirir os artigos que precisavam.

A equipa perguntava-lhes o que poderiam fazer para adquirir os alimentos e as outras coisas mencionadas, a longo prazo. Isto conduzia a uma discussão sobre a possibilidade de

aumentar a produção agrícola, a necessidade de sementes, ferramentas e gado. Perguntávamos se havia terra suficiente para cultivar campos maiores e, se fazendo campos maiores ia criar conflito sobre a terra.

Ouvimos o seguinte leque de opiniões sobre a disponibilidade de terra e a potencial hipótese de conflito:

- “A terra é nossa. Há terra suficiente para se fazerem campos maiores. Temos que a usar antes que percamos ainda mais.”
- “Não há terra suficiente. Eles já nos tiraram muita. Vai criar conflito.”
- “É nossa. Podemos reaver o que precisarmos. Eles vão aceitar. Eles sabem que nós é que lhes permitimos ficar aqui.”
- “Eles vão-nos apoiar. Estão sempre a dizer que somos preguiçosos. Portanto, vão ficar contentes ao ver-nos a usar a terra.”
- “Não vão gostar se nós tivermos gado e fizermos os nossos próprios campos. Todos querem estar nos lugares bons. Vai haver conflito.”

A discussão sobre os direitos de terra e o uso de terra, ligados a oportunidades de desenvolvimento, está ainda muito no começo, entre os San de Angola. A existência de relações de dependência concretas, também influenciam as percepções e os pontos de vista. Há uma ansiedade em relação a qualquer reivindicação sobre terra, para que não se aumente o conflito, e não se coloque em risco as relações com os vizinhos Bantu.

Padrões de Assentamento e Uso de Terra

É possível identificar alguns padrões de uso de terra, que ajudem a esclarecer as necessidades de terra, o potencial conflito e as potencialidades para desenvolvimento.

1. Áreas densamente povoadas, com terra disponível limitada, e conflitos já existentes ou potenciais, sobre a terra.

Estes são agrupamentos de povoações na Huíla (Kipungo/Hogue, Hombo, Chibia/Camana) e agrupamentos de povoações no Kunene (Chiede, Mupa, Cafima/Ionde). São áreas onde há uso extensivo dos recursos de terra pelos vizinhos Bantu. Normalmente, são lugares relativamente perto de centros administrativos, escolas, postos de saúde e estradas acessíveis.

2. Áreas menos densamente povoadas, com maior disponibilidade de terra e potencial para aumentar a produção agrícola ou uso alternativo dos recursos naturais.

Estas são povoações individuais mais isoladas, e grupos muito pequenos assentes na parte Norte do parque nacional da Mupa no Kunene e ao longo do curso do rio Kubango em Kuando Kubango: estas comunidades vivem em áreas densamente povoadas, onde há mais terra desocupada e potencial para assentamento e expansão. Estes lugares têm uma maior abundância de alimentos do mato e recursos naturais, mas são mais distantes e de difícil acesso. Não há nenhuma escola ou posto de saúde nas proximidades da maioria destes lugares. A equipa não recebeu informação de conflitos sobre terra nestas áreas.

Como a equipa não conseguiu visitar Mavinga, Nankova Rivungo, Cuangar, Calai e Dirico, não se conhecem as condições das comunidades San que se sabe, ou se pensa saber, estarem a viver nestes lugares.

Resumos de Relatórios Provinciais: Agrupamentos e Padrões

Apresentamos, de seguida, um resumo das condições nos vários “agrupamentos” identificados. Alguns agrupamentos incluem povoações que não foram visitadas e sobre as quais só se sabe a demografia.

Província de Huíla.

1. Mapunda: esta é a única povoação San “semi -urbana”. A comunidade tem recursos de terra muito limitados, mas as pessoas acreditam poder melhorar as condições de vida aumentando a agricultura na terra existente, e possivelmente cultivando produtos hortícolas usando irrigação. Apesar das tensões sociais, as pessoas sentem que seria possível fazer um projecto em conjunto com os vizinhos Bantu. Várias pessoas têm emprego e trabalham longe da povoação – são, efectivamente, trabalhadores migratórios. Um dos membros da comunidade assistiu a uma reunião com os San da África Austral que claramente a politizou tendo-nos dito “Nós fomos as primeiras pessoas e merecemos ser igual aos outros.”
2. Hin hinheke: Esta foi a única comunidade onde a equipa não teve dúvidas que não havia um problema de segurança alimentar. A comunidade desenvolve-se em redor do líder, com quem todos parecem ter elos familiares. Ele trabalha para as FAA, e a produção agrícola tem êxito. A comunidade colhe quantidades comparativamente grandes e as pessoas até fazem o seu próprio pão. As relações com os vizinhos não são numa base de igualdade, mas apesar da tensão com o soba Bantu, o líder San acredita que se recebessem ajuda, podiam aumentar a produção num projecto em comum com os vizinhos Bantu.
3. Agrupamento de povoações em redor de Tsholo na área de Hoque (Tsholo, Mambandi, Kakwa, Kapeke, Chikala, Chela, Mukuyu, Chem Chem, Viti-Vivari): Estas comunidades vivem em áreas de relativamente grande densidade populacional. Não há terra suficiente e foram mencionados numerosos exemplos de conflitos sobre terra, directos ou eminentes. Algumas destas comunidades têm água suficiente para uso doméstico, mas outras sofrem de séria escassez sazonal de água. As relações com os vizinhos Bantu são caracterizadas recentemente por dependência e forte descontentamento sobre a exploração e redução de terra pela presença de agricultores Bantu recém chegados. As pessoas estão bem cientes dos seus direitos à terra, pelo facto de ser terra ancestral. Há uma consciência política básica. Um dos líderes assistiu a um seminário da WIMSA e trouxe informação às outras comunidades. Estas comunidades parecem ter um forte sentido de identidade e coesão social, provavelmente por terem sofrido relativamente poucos deslocamentos de longa duração. As mulheres e os homens deste agrupamento de aldeias foram os únicos San que encontrámos cuja roupa não estava esfarrapada. Isto indica que o trabalho nos consideravelmente grandes campos dos vizinhos Bantu constitui uma importante fonte de rendimento. O soba Bantu local expressou apreciação pelo trabalho da equipe e pelos esforços para ajudar as comunidades San.
4. Agrupamentos do Mutwe-ondjamba e Vifwo: As condições são semelhantes às do agrupamento de povoações ao redor de Tsholo. Não há nenhuma dúvida nas mentes das pessoas de que têm direito à terra ancestral e que as suas terras já foram muito maiores. Também não há nenhuma terra disponível para expandir a produção, embora as pessoas acreditem que podem pedir que lhes devolvam as suas terras. Como no agrupamento de Tsholo, há conflitos sobre o uso de terra. A comunidade sente-se lesada por ser excluída da ajuda dada pelo governo, tendo conhecimento que os vizinhos Bantu a receberam. Há uma sensação de pertença e continuidade nesta comunidade. Surgiu um espírito de profundo apreço e genuíno

entusiasmo, em resposta à nossa visita. As condições em Vifwo são piores que em Mutwe-ondjamba.

5. O agrupamento de aldeias em redor de Shikwatiti (Kombela, Viskote, Vitundulu, Shikulelo, Chitongotongo): algumas destas povoações muito pequenas têm um acesso muito restrito à terra que lhes é concedida pelo soba Bantu que as possui. Não se sabe se as povoações que não visitámos têm, ou não, algum direito à sua terra ancestral. Estas comunidades também dizem que são excluídas de distribuições de ajuda alimentar e que são “tratados como animais.”
6. Agrupamento Hombo-Kakombe: Estas comunidades pertencem ao grupo das maiores povoações visitadas. É clara a sua reivindicação da terra com base nos direitos de terras ancestrais. Estão rodeados de vizinhos com grandes campos. Vivem, no entanto, numa área adjacente a uma grande extensão de reserva de terra que aparentemente não está a ser usada – o Parque do Bicuari. Embora este agrupamento tenha recebido mais ajuda que qualquer outro, tem problemas sociais sérios, para além das necessidades gerais. Esta comunidade é única, dado que os líderes se encontram numa posição social e económica muito melhor do que o resto da comunidade. Os líderes – que provavelmente foram criados por funcionários do governo – são uma classe governante sobre a comunidade. Ao mesmo tempo, a comunidade é muito dividida, e há fortes sinais de desintegração social, especialmente em Kakombe. A este respeito, este agrupamento pode possuir lições muito importantes para estratégias futuras de desenvolvimento. Poderia ser explorada a possibilidade de obter direitos de terra dentro do Parque para comunidades San necessitadas.
7. Agrupamento Sendi – Vinkwenha – Boa Lembrança: estas comunidades não estão assentes em terra ancestral (de acordo com a memória das pessoas com quem falámos) mas receberam mais ajuda do que a média, e também há sinais de desintegração social, conflito e divisão.

Província do Kunene

1. O agrupamento Cafima – Ionde (inclui Katale, Kapunduka, Hamutindila, Mulola): de acordo com o Sr. Arudingu, o Soba San de Cafima, toda esta área era originalmente uma grande parcela de terra ancestral San. De facto, em Kuando Kubango disseram-nos que esta terra ancestral ia de Nehone, passando por Ionde, pelo Rio Kubango até Caiundo. Todas as comunidades San no Kunene a sul e a norte do eixo Nehone – Ionde – Cafima estão sob a liderança do Sr. Arudingu. Todas estas comunidades San, e também o governo e os sobas Bantu, vêem-no como o líder dos San. Esta é a única “unidade social” ou constituição política San, de tamanho substancial, que a equipa encontrou. Cafima é, actualmente, a capital do agrupamento !Kung mais a Sul de Angola. Os grupos San de Cafima e nas outras aldeias são rodeadas por campos e casas Bantu. Todos dizem que a terra é sua, com base ancestral, menos os de Kapunduka. Não é claro, entre a população, que haja terra suficiente para que o desenvolvimento se faça baseando no alargamento das áreas de cultivo. Todas as comunidades dizem haver escassez de água e conflitos com os vizinhos Bantu sobre água. É provável que o acesso à terra seja limitado devido à escassez de recursos de água. As comunidades contactadas neste agrupamento têm um forte sentido de identidade e coesão social. A comunidade em Cafima, em particular, (e possivelmente também Ionde, que não pudemos visitar) é visivelmente moldada pela tradição e cultura San. Todas estas comunidades também enfrentam o problema comum de viverem em áreas minadas, que limitam o acesso, a mobilidade e o uso da terra. A visita da equipa a estas e outras comunidades no Kunene despertou grande esperança e expectativa entre estas comunidades.
2. Agrupamento Nelombo – Angulayambodo (inclui Oshikova, Omemba, Ukango, Mongono, Mhenge, Kandweya): Estas comunidades sofreram sérias perdas durante a guerra, e faltam-lhes todos os recursos básicos. Além disso, vivem em áreas fortemente

minadas, que restringem acessos. Têm problemas sérios de escassez de água, e os sérios conflitos com os vizinhos Bantu, daí resultantes. Como o agrupamento Cafima – Ionde, vêem o Sr. Arudingu como o seu líder. Também estão rodeados de vizinhos Bantu, para quem trabalham. A situação destas comunidades é, sob todos os pontos de vista, muito séria.

3. Agrupamento Lupanja – Kauva (inclui Shivemba, Namihonde, Lomenene, Koshi, Kova, Shimbili, Ndiva, Hongo, Khenge, Chimanya, Inguma Hongo): Estes grupos também vêem o Sr. Arudingu como o seu líder. Vivem em terra ancestral. Enquanto alguns falam da terra como sendo a terra dos seus antepassados, dizem também que receberam permissão do soba Bantu local para ocupar a terra. Alguns têm campos, o que indica que levam a sério a agricultura. Há dúvidas sobre a quantidade de terra disponível. Os recursos de água são limitados, o que cria alguns conflitos. Em Kauva, encontrámos relações sociais muito repressivas entre os grupos San e os grupos Bantu. Este agrupamento fica ao redor de Mupa. A proximidade ao Parque de Mupa pode ser uma possibilidade de distribuição de terra.
4. Vikungu: Esta povoação fica mesmo dentro do Parque de Mupa, sendo Kuvelai o centro mais próximo. Não há problemas com caça ou com água, e a povoação fica numa das áreas com menor densidade populacional e com maior riqueza ecológica que visitámos. Há água boa de um riacho próximo. A terra é muito rica e linda. As pessoas cultivam milho e tabaco, e vimos campos cercados, de cana-de-açúcar, em povoações Bantu onde havia corrais contendo até 30 cabeças de gado. Embora fique a 40 km de Kuvelai, e não haja nenhuma escola por perto, esta área tem muito potencial para assentamento, agricultura e turismo comunitário. A proximidade da fronteira com a Namíbia, e bons caminhos dentro do parque, possibilitaria acesso a turistas. Há povoações Bantu, mas também há muita terra que não está a ser usada. Diz-se que a terra pertence às pessoas Muanda, que deram permissão à comunidade para lá ficar. A comunidade não nos disse haver conflitos ou tensões sobre terras. Uma grande aldeia San abandonada, perto da povoação actual, indica ter ali havido anteriormente, uma povoação San. Recebemos informação sobre outros grupos, que não encontrámos, mas que nos disseram estarem a viver perto de Kuvelai. Disseram-nos que estes grupos estavam fora, a buscar mel e recolher alimentos. O Sr. Arudingu não foi identificado como o líder. Não soubemos se a "jurisdição" dele se estende às povoações ao redor de Kuvelai. Esta área tem um forte potencial para desenvolvimento, baseado na agricultura, junto com a caça e recolha de alimentos. Há muita terra que poderia estar disponível para o assentamento de outras comunidades San necessitadas, se pudesse obter títulos de propriedade de terra.
5. Agrupamento Shikungkungu – Kalonga: Situado a sul de Kuvelai, e também próximo do Parque. Disseram-nos que plantavam tabaco, e cultivavam campos maiores. Pouco se conhece sobre Kamutemba, mas a comunidade de Shikungkungu diz que a terra pertence aos vizinhos Bantu e que o soba local lhes deu permissão para ficar. A comunidade é constituída por gente de diferentes lugares, e alguns sentem que o seu direito de permanecer não está seguro. Há falta de água potável, o que conduz a conflitos e tensão. A proximidade com o Parque sugere algum potencial de acesso a terra.
6. Agrupamento Mutjapula – Vichana (inclui Ukwakanda, Ndelemesonde, Kamutemba) Situado mais perto de Kuvelai, conhecemos muito pouco sobre estas povoações, porque a equipa não conseguiu visitar alguns destes lugares, ou porque não havia ninguém nos lugares que alcançámos. É possível que Ndelemesonde, perto de Kuvelai, seja uma povoação semi-permanente.

Província de Kuando Kubango

A presença de minas e acesso restrito impôs limitações à informação obtida sobre alguns dos agrupamentos nesta província. Embora Kapembe/Mavinga, Cuangar e Diriko

sejam acessíveis (Diriko e Cuangar são acessíveis da Namíbia) a equipa não conseguiu visitar estes lugares.

1. Agrupamento Cuangar-Diriko: Informação sem confirmação: um relatório do INAC de Dezembro 2002 sugere que possa haver até 200 San em Diriko e mais 200 em Cuangar²¹. Presume-se que falam Khxoe, como os San do outro lado da fronteira com a Namíbia. O acesso a Diriko a partir de Cuangar está muito minado. O responsável da OCHA em Menongue informou-nos que a segurança alimentar era geralmente moderada a estável naquele momento, mas com probabilidade de se deteriorar na estação chuvosa. Embora as FAA tenham desminado a estrada de Katuitui para Cuangar, as recomendações de Segurança das Nações Unidas naquela altura, eram que só se devia aceder a estes lugares pela Namíbia. Não recebemos informação sobre possíveis povoações San em Macusso, embora pequenos grupos San do outro lado da fronteira com a Namíbia dissessem poder lá haver algumas comunidades San. Acesso a Macusso a partir da Namíbia é actualmente impossível devido às minas.
2. Agrupamento Menongue – Kapembe: Em 2002, um grupo de 10-15 San, incluindo crianças com severa má nutrição, foram vistos por pessoal dos Medecin Sans Frontiers, no meio de soldados da UNITA, na área de aquartelamento de Kapembe, perto de Mavinga. Grupos muito pequenos de San também foram vistos por um jornalista noutras localizações para além de Mavinga²².
3. Kapembe: um grupo pequeno de apenas 6 pessoas, que disseram que trabalham para pessoas de Nganguela. Podem existir outros grupos assim pequenos, a sul de Savate.
4. Agrupamento Tandawe – Handambo : as pessoas em Tandawe são regressados recentes, que disseram estar em terra ancestral que compartilham há muito tempo com pessoas Kwanyama. Têm as suas próprias fontes de água, mas muito poucos recursos. Ainda não cultivaram (só regressaram recentemente) mas os campos foram preparados. Esta área não é densamente povoada, e não houve nenhum relato de conflito por causa da terra. A terra tem potencial agrícola e o lençol de água está perto da superfície. Esta comunidade precisa de ajuda urgente, e a nossa reunião indicou que as pessoas estão mais que prontas para se ajudar a si próprios, se tiverem alguns meios. Não há nenhuma escola ou clínica perto. Há pouca informação sobre Handambo, a não ser que dizem ter o dobro do tamanho de Tandawe (em termos demográficos) e que fica a 2 dias de caminho para noroeste de Tandawe. Não há a certeza que o caminho, invadido pela vegetação, seja seguro para veículos mais pesados que carros de bois. Este agrupamento tem todo o potencial para uma abordagem de desenvolvimento ampla. Há espaço para outros grupos de San que precisam de terra, e há acesso a recursos naturais. Há bons recursos naturais e suficientes para compartilhar com os agricultores Bantu lá existentes. Há potencial para agricultura e para outras formas de uso de terra. A rica ecologia e vida selvagem poderiam ser desenvolvidas, e conhecimentos adquiridos na Defesa Civil podiam ser aplicados para ajudar a construir algo como uma Reserva numa área destas.
5. Agrupamento Mucundi – Kavanga (inclui Chengwa, Kanjonga, Bairro Novo, Ntopa, Mutai, Mbundu): Algumas das comunidades são grupos muito pequenos, que percorrem o Rio Kubango à procura de comida e trabalho. Um número significativo de casas são precárias, construídas de ramos com folhas. Isto indica um modo mais nomádico de vida. Alguns dos grupos não cultivam os seus próprios campos, embora a maioria trabalhe ocasionalmente para patrões Bantu. As pessoas em Mucundi, Ntopa, e Bairro

²¹ Instituto Nacional da Criança, Menongue 2002. O relatório afirma que o município do Cuangar regista 113 crianças San em Cuangar e 137 em Dirico. A partir disto, é possível estimar populações de 200 em cada lugar. Não há, no entanto, qualquer indicação da origem e data destes números. Os dados do governo, recebidos pela equipa, são frequentemente mais altos do que os constatados no contacto directo com as comunidades.

²² Relatório Medecins Sans Frontiers “Angola, depois da Guerra, o abandono” (2002) e testemunho pessoal do jornalista, baseado na Namíbia, John Grobler.,

Novo consideram a terra que ocupam como sendo sua, baseados em direitos de terra ancestral. As terras nas margens do Kubango não estão vazias, mas também não são muito densamente povoadas. O rio fornece água suficiente e não houve nenhum relato sobre conflitos por causa de terras. Algumas das comunidades têm relações sociais tensas com os vizinhos, devido a atitudes opressivas e de exploração. Há aqui potencial para estender o cultivo de terra e esta é a intenção declarada de alguns dos grupos. Outros parecem mais interessados na caça, colheita e trabalho para outrém. É possível que os grupos mais pequenos confiem mais na caça e colheita do que em comida recebida em troca de trabalho para patrões Bantu. De modo geral, estas comunidades são pequenas, isoladas e vulneráveis. Os habitantes de Mutai vivem a alguma distância do rio, em terra que dizem pertencer aos vizinhos Bantu. Eles têm permissão para lá ficar, mas alguns falaram em regressar a Shipolo, donde originalmente vieram.

6. Agrupamento Kuito Kuarnavale – Chiumbo Napoke: Em Kuito Kuarnavale, encontrámos uma comunidade pequena. Vivem entre vizinhos Bantu e cultivam os seus próprios campos. Não ouvimos falar de conflitos de terra. Chiumbo Napoke é uma povoação pequena, situada entre Bantus, numa comunidade muito remota. Há bastante terra e água em redor, mas poucos recursos para as usar. Não houve nenhum relato de conflito sobre terra ou água. O acesso à área é muito perigoso devido à presença de minas na estrada. O caminho acompanha um campo minado, e é muito mau.
7. Nankova: os funcionários do governo em Menongue acham que vivem 60 San em Nankova. Dizem que o acesso só é possível pela Namíbia, mas esta informação não foi confirmada.

Reflexão

Dos dados obtidos neste diagnóstico surgem várias questões e assuntos chave.

1. A situação é uma emergência, no sentido estrito da palavra?

As comunidades San vivem há muito tempo em condições difíceis. A sua capacidade de sobrevivência é um valioso recurso. Ao mesmo tempo, são muito vulneráveis. Poderíamos dizer que vivem num “estado de emergência” há muito tempo. Níveis altos de morbidez e mortalidade conduzem a perguntar-se quanto tempo mais serão capazes de sobreviver a esta emergência?

O outro aspecto da “emergência” é a insegurança geral das comunidades San no que diz respeito a direitos de terra e direitos humanos. É provável que a insegurança e tensão social venham a aumentar, na ausência de intervenções significativas a este nível.

A razão é que toda a sociedade angolana, está nas mãos de forças sociais, impelidas pela necessidade de segurança, necessidade de adquirir recursos e riqueza, e necessidade de estender o poder social. Existe uma situação onde milhões das pessoas estão a tentar adquirir recursos com os quais construir e melhorar as suas vidas. As classes sociais estão a expandir rapidamente. Aqueles com alguma riqueza e poder estão a fazer tudo para adquirir mais. Aqueles com muita riqueza e poder estão a construir impérios para si e suas famílias. Não há nenhuma evidência de vontade política ou uma estrutura legal destinada a proteger os vulneráveis, no que é, literalmente, uma situação de sobrevivência baseada na lei do mais forte. Há sérias dúvidas sobre se as comunidades San conseguirão sobreviver a este Darwinismo social básico, sem apoio de intervenientes externos.

Um aspecto notável do tempo passado com as comunidades San é que ninguém na equipa encontrou um único incidente de mendicância ou pedidos de comida. Isto aconteceu em condições em que muitas das comunidades não tinham, literalmente, nada, ou muito pouco, para comer, e em que a equipa do diagnóstico chegava num veículo carregado com comida e mantimentos. A dignidade e o espírito dos San que encontramos são admiráveis e torna-

nos humildes. Seria uma falta de imaginação se uma ajuda humanitária bem-intencionada conduzisse à erosão dessas qualidades e valores.

Qualquer ajuda a comunidades San deveria ter como base a sua força de espírito e espírito de iniciativa. A simples distribuição de ajuda alimentar e donativos tem a capacidade de prejudicar as comunidades San.

A equipa não viu pessoas esfomeadas, nem San com as vidas presas por um fio. Foi com agrado que a equipa constatou que os San são muito trabalhadores assegurando assim a sua sobrevivência diária. Mas a equipa também saiu de algumas comunidades com a impressão que estariam muito perto de uma séria crise alimentar. É provável que tais comunidades sejam particularmente afectadas quando não há trabalho nos campos dos vizinhos, e quando os alimentos do mato são escassos.

É a opinião reflectida da equipa do diagnóstico que a situação global é séria e requer intervenções humanitárias. Porém, tais intervenções deveriam ser feitas com precaução e deveriam estar ligadas à produção de alimentos, e a medidas para diminuir a dependência em comida adquirida trabalhando para outros, em condições de exploração. Além disso, a premissa da ajuda de emergência deve ter o compromisso de financiar e implementar programas de desenvolvimento a longo prazo com comunidades San.

2. Serão todos os San potenciais agricultores, e será esse o caminho para os afastar da dependência e da insegurança alimentar?

As condições variam nas diferentes comunidades. Algumas têm, claramente, uma cultura agrícola. Outras podem ter tido experiências intercaladas de agricultura, sem que isso fosse baseado numa tradição de cultivar, durante décadas e até mesmo gerações, os seus próprios campos. Outras comunidades podem não estar, verdadeiramente, motivadas a cultivar seus próprios campos. No entanto, com a excepção de alguns grupos pequenos que vivem ao longo do rio Kuando Kubango, todos expressaram a necessidade de sementes, ferramentas e gado para estabelecer ou ampliar a agricultura, para aumentar a segurança alimentar e diminuir a dependência.

Quase todos os grupos San nos disseram que trabalham nos campos dos seus vizinhos, mas isso não é o mesmo que planificar, dirigir e manter actividades que criem uma cultura de cultivo dos campos e produção de comida duma forma relativamente “sistematizada”. Não se sabe até que ponto a cultura agrícola prevalece em comunidades diferentes. Não foi possível recolher testemunhos orais que indicassem as tradições de uso da terra, o papel da agricultura e toda a experiência acumulada nas diferentes comunidades. Também não se sabe desde quando os diferentes grupos de San trabalham nos campos dos seus vizinhos.

As observações de Estermann sobre os San, na Huíla e no Kunene, nos anos 30, 50 e 60 sugerem que algumas comunidades San tivessem começado a trabalhar nos campos dos seus vizinhos, e que alguns tinham os seus próprios campos desde os anos 30 e que alguns tinham adaptado várias práticas e técnicas culturais, como o uso de tecido para fazer roupa, certos estilos de trançar o cabelo e de trabalhar o ferro (Estermann, 1960).

A experiência de projectos de desenvolvimento rural com grupos de San na Namíbia é que números significativos de grupos de San não aproveitaram oportunidades para ampliar a produção alimentar com base agrícola. Enquanto que isto é indubitavelmente influenciado por condições ambientais geralmente mais severas (menos chuva, terras menos férteis, escassez de água) e menos experiência de trabalho agrícola, chama também a atenção para as dificuldades de transformar modos de produção com base na caça e recolha, em sociedades com base agrícola. Um facto interessante é que os agricultores mais prósperos

no distrito Tsumkwe West da Namíbia são !Kung San, que foram para a Namíbia, idos de Angola, nos anos 70.

Os limites de tempo impostos ao processo de diagnóstico, e a condução da investigação seguida nas discussões podem, em certos casos, ter influenciado o que as pessoas dizem querer ou poder fazer para melhorar a sua sobrevivência. Por exemplo, não perguntámos: “Gostaria de ter acesso a terra ecologicamente fértil onde há acesso ilimitado e grande potencial para caça e recolha, e possibilidades associadas de fazer comércio com alguns dos recursos, em troca de outros artigos necessários?”. Questionamo-nos se tais cenários imaginários não teriam influenciado as pessoas a encontrar outras ideias de coisas desejadas.

Pondo de lado tais considerações, o diagnóstico constatou que a maioria das comunidades deseja estabelecer ou ampliar a sua própria agricultura. As iniciativas de emergência e de desenvolvimento deveriam abrir oportunidades para que o fizessem, enquanto também continua o debate e a avaliação dos resultados. Assim, as comunidades que mostrarem que esta é, realmente, a sua escolha, realizando actividades concretas, podem ser mais ajudadas enquanto são exploradas outras opções com aqueles que mostrarem, pelas suas accções, que esse não é o caminho que querem seguir.

3. As iniciativas de ajuda humanitária e para o desenvolvimento deveriam ser implementadas tendo como objectivo específico as comunidades San? Ou deveria encorajar-se um modelo “integrado” de ajuda ao desenvolvimento?

Como já se indicou, o conceito de “minorias” e “maiorias” não tem um lugar estabelecido no discurso ou prática política angolana. É também importante lembrar que as comunidades San vivem, de facto, dentro de comunidades maiores sob a autoridade dos sobas Bantu. Como se afirmou na informação dada no **Contexto** deste diagnóstico, houve vários casos de, e muitas reclamações sobre, a discriminação contra os San quando foram distribuídos alimentos, sementes e ferramentas em comunidades rurais.

Enquanto uma esmagadora parte dos testemunhos indica haver problemas sérios de opressão, na forma da exploração de mão-de-obra, atitudes abusivas e pouco, ou nenhum, respeito pelos direitos da terra ou das necessidades das comunidades San, seria errado ficarmos com uma visão completamente unilateral da situação.

Sim, atitudes e práticas para com os San são repreensíveis e inaceitáveis. Porém, muitas famílias, grupos e comunidades Bantu também sofrem muitos dos problemas suportados pelas comunidades San. Também lhes faltam sementes e ferramentas e lutam contra a insegurança alimentar, má saúde, nenhuma ou má educação e poucos direitos.

Quando os grupos de San contam do seu sofrimento com os patrões Bantu, estão a falar de relações sociais com a classe rural mais poderosa e rica na sua área. Isto não significa que todos os habitantes Bantu tenham o poder de oprimir. A equipa foi frequentemente confrontada com o facto de que em muitas localidades, também se encontravam alguns Bantus cujas condições não pareciam muito diferentes das comunidades San.

Há, na Angola rural, uma clara diferenciação e uma contínua formação de classes. Aqueles que têm recursos usam essa diferenciação, dentro dumha estrutura social e cultural de discriminação enraizada, para melhorar a sua parte à custa dos outros. É importante lembrar que muitos Bantus pobres também são explorados por outros Bantus. Isto é frequentemente ocultado pela cultura de patronato. De um modo semelhante, muitos Bantus que exploram os San vêm-se como benfeiteiros que impedem os San de entrar em decadência.

Este diagnóstico teve como objectivo a investigação de problemas. Não pergunta “que experiências boas compartilhou com os seus vizinhos?”, mas sim “tem problemas de água, terra, etc.? Os seus direitos humanos são respeitados?” O resultado é que as relações sociais que não são abusivas e racistas não contribuíram para a imagem que emergiu, do diagnóstico.

Em simultâneo com os frequentes gestos e atitudes habituais e profundamente enraizadas de abuso e discriminação, também observámos situações em que mulheres San e Bantu se riem e dançavam umas com as outras, em Cafima e em que crianças San e Bantu brincavam juntas.

A incerteza expressa por alguns San entrevistados, sobre “acusarem” os seus vizinhos, está também ligado ao facto de, como noutras comunidades divididas, também acontecerem actos genuínos de caridade e cooperação mútua entre pessoas, que ao mesmo tempo se encontram num sistema social que faz dum “o patrão” e do outro “o escravo.”

Esta citação de Cafima reflecte esse sentimento, “nós temos amizades com pessoas de Kwanyama, que nos ajudam ao darem-nos comida por trabalharmos nos campos deles”.

Também há vizinhos Bantu muito necessitados, que recolhem alimentos e caçam, e trabalham para outrém para sobreviver. Eles são, porém, bastante afortunados, por não terem que suportar o dano adicional de racismo e de abuso.

A questão aqui é que devemos ter cuidado para evitar simplificarmos a situação. Ao mesmo tempo, não é possível perder de vista a opressão racista sistémica e enraizada que registamos neste relatório. Também nos é recordado como, noutros contextos, a dependência pode levar as pessoas a defender os seus próprios opressores, interiorizando a ideologia com que o opressor oculta as reais relações sociais. Restrições consideráveis de tempo não nos permitiram examinar mais cuidadosamente este complexo de diferenciação social e as dinâmicas diversas de opressão, dependência e “cooperação.”

Um processo de procura de soluções para os problemas sérios e para as desigualdades enfrentadas pelos San tem que reconhecer, incluir e abordar a humanidade dos seus vizinhos Bantu.

Condições variadas sugerem que as populações San e Bantu em lugares específicos, tenham que procurar soluções locais para este problema. Existem níveis diferentes de conflito sobre terra, diferenças nas relações sociais com grupos vizinhos e diferenças no potencial para “cooperação”.

Em muitas áreas há também membros da população Bantu que também são vulneráveis. Não estava dentro do âmbito deste diagnóstico estabelecer o tamanho dessas populações ou a extensão da sua vulnerabilidade e necessidades.

Programas de desenvolvimento a longo prazo irão requerer mais reflexão, por parte dos beneficiários e pelos decisores políticos, sobre o assunto sensível de como abordar o desenvolvimento comunitário de um grupo que ao longo da história tem sido marginalizado e posto em desvantagem, na presença de outros grupos também necessitados.

Distribuição de Ajuda a Comunidades San

A experiência adquirida em programas de ajuda de emergência noutras sítios de Angola, mostra que os líderes tradicionais (sobas) jogam um papel primordial na distribuição de ajuda de emergência como alimentos, sementes e ferramentas. Os sobas são,

normalmente, mais ricos que os mais vulneráveis e necessitados. Não há nenhum sistema montado que assegure que os mais vulneráveis terão prioridade, na distribuição de ajuda.²³

Muitas comunidades San disseram que foram excluídos de distribuições de ajuda, e *pediram especificamente* que a ajuda lhes fosse entregue directamente. Dadas as atitudes prevalecentes sobre os San, a distribuição de assistência de qualquer tipo não deveria ser canalizada através dos sobas.

Enquanto que programas de desenvolvimento a longo prazo requerem soluções locais, reflexões cuidadosas através de diálogo com as comunidades e com outros grupos vizinhos, a distribuição de Ajuda de Emergência deveria ser efectuada em cooperação com líderes San em vez de através dos sobas Bantu. Ao mesmo tempo, deveriam ser feitos esforços para incluir famílias Bantu socialmente vulneráveis nessas distribuições. A identificação dessas famílias Bantu poderia ser feita em consulta com sobas Bantu. Deste modo, pode evitarse a exclusividade, e pode ser dado um primeiro passo em direcção ao diálogo com grupos Bantu, sobre as preocupações das comunidades San.

Terra, direitos humanos e desenvolvimento

Quase todos os problemas enfrentados pelos San em Angola são relacionados com direitos de terra e com direitos aos recursos naturais. A terra é necessária para recolher alimentos do mato, e para caçar, é necessária para a agricultura, é necessária para fazer hortas. A terra é preciso para “serem iguais aos outros.” Em áreas onde há escassez de água, é preciso terra com água. Porém, os direitos da terra são, na maioria dos casos, muito limitados ou inexistentes.

O abuso, a discriminação, a exploração e a dependência estão ligados ao facto dos San “não terem nada.”

Para as comunidades que vivem em terra ancestral e desejam lá permanecer, é crucial que adquiram reconhecimento formal dos direitos às suas terras. Dentro do contexto da actual Lei de Terras, isto requer um pedido para que lhes sejam emitidos os títulos da terra. Comunidades que não têm a sua “própria” terra ou que têm muito pouca terra devem ser ajudadas a adquirir terra através de distribuições formais de terra.

Este diagnóstico encontrou grandes áreas de terra ecologicamente fértil que poderiam ser adequadas ao assentamento de comunidades San. As próprias comunidades San deveriam ser encorajadas a pensar criativamente sobre o uso da terra e opções de assentamento. A este respeito, vem-nos à mente a ideia de que as comunidades San podiam pedir ao governo que estabeleça Reservas dentro de áreas designadas como parques naturais. Mas também há outras áreas com potencial para assentamento, que não são parques naturais, como sendo a terra a oeste de Tandawe, na província do Kunene.

Tal terra é própria para o reassentamento, porque contém recursos naturais e não é, ainda, densamente povoada. Pode bem ser que a “abertura” de algumas dessas áreas tenha que ser acompanhada de operações de desminagem.

As comunidades San poderiam pensar em obter direitos de usufruto de recursos naturais e direitos para começar a cultivar, enquanto montavam também um sistema de guardas de reserva e desenvolviam o potencial de turismo dos parques. Poderiam ser criadas, nessas povoações, clínicas e escolas adaptadas às necessidades dos San. Estas ideias de desenvolvimento poderiam ser exploradas e aplicadas junto com as populações Bantu que actualmente usam terra nos parques nacionais.

²³ Testemunho pessoal, Brigitte Berger, Responsável de Emergências, Trocaire Angola.

Se é verdade que terra é vida, então também é verdade que o tempo se está a esgotar. Neste momento, toda a gente em Angola quer adquirir bens, e qualquer tipo de segurança. Os que têm poder estão bem posicionados para adquirir terra. A nova Lei de terras favorece interesses empresariais, e não tardará até que homens de negócios ricos descubram o potencial turístico de algumas zonas do Sul de Angola. Além disso, há muitos agricultores e pastores com falta de terra, que se vão expandir naturalmente nas restantes áreas de terra fértil não utilizadas. Por estas razões, considera-se uma necessidade prioritária a ajuda organizacional e de advocacia às comunidades San, com o objectivo de assegurar direitos de terra. É uma necessidade prioritária que também requer uma resposta rápida, pois as condições em Angola vão, certamente alterar-se. Se este é o momento para todos, em Angola, “agararem o que poderem”, então as comunidades San deveriam ser apoiadas na reivindicação da sua parte.

Recomendações

As necessidades identificadas neste diagnóstico são as seguintes:

- Ajuda de emergência para dar resposta à insegurança alimentar, fornecendo ferramentas, sementes e comida de protecção de sementes
- Intervenções de emergência no sector da saúde; estas deveriam incluir distribuição de mantas e roupa para as comunidades mais afectadas
- Intervenções de emergência para identificar as necessidades mais urgentes de água de forma a permitir estabelecer pontos de água onde há problemas sérios. Os problemas de água existem principalmente na província do Kunene. Ainda com respeito à falta de água, uma ajuda de emergência deveria incluir provisão de recipientes de água para os grupos mais afectados.
- Intervenções com o objectivo de estabelecer programas de desenvolvimento rural a médio – longo prazo:
 - Deveriam focar a expansão agrícola,
 - Mas também examinar as possibilidades de usos alternativos de recursos naturais, por exemplo, eco - turismo, reabilitando reservas de caça.
- Intervenções destinadas a construir organizações San de base comunitária
- Intervenções para assegurar e obter direitos de terra:
 - assegurar e melhorar direitos de terra existentes.
 - **assegurar direitos de terra onde não existem**
 - **obter novas terras e novos direitos de propriedade para reassentamento**

Intervenções para melhorar os Direitos Humanos e Direitos de Trabalho²⁴

- construir unidade entre grupos San, para exigirem reconhecimento dos direitos humanos a nível local, municipal, provincial e internacional
- informar as organizações da sociedade civil de Angola e mobilizá-las na defesa dos Direitos Humanos e Direitos de Trabalho dos San

²⁴ Nas condições em que os San se encontram actualmente, os direitos de trabalho implicam compensação justa e equiparável pelo trabalho feito pelos San nos campos dos vizinhos Bantu. Os direitos de trabalho também incluem o pagamento de preços justos por bens feitos e trocados ou vendidos pelos San aos vizinhos Bantu.

- informar instituições e organizações internacionais de Direitos Humanos e mobilizá-las na defesa dos Direitos Humanos e Direitos de Trabalho dos San
- procurar um diálogo activo com todos os níveis do Governo de Angola para criar um ambiente político aberto a assegurar Direitos Humanos, Direitos de Trabalho e Direitos de Terra
- estabelecer programas de educação cívica dirigidos às autoridades tradicionais, administradores, professores. Tais iniciativas deveriam ser feitas em estreita cooperação com agências governamentais.
- ajudar grupos organizados de San a participar em diálogos construtivos com outros grupos sociais ao redor de problemas de Direitos Humanos
- trazer à atenção dum público angolano mais amplo, questões dos direitos humanos dos San

Intervenções para melhorar a saúde e o acesso a serviços de saúde.

- programas de cuidados primários de saúde
- ampliação e apoio aos serviços de saúde governamental existentes

Intervenções de desminagem

- Em áreas particularmente afectadas pela presença de minas, e onde estas impedem as pessoas de utilizar a terra, o governo deveria ser pressionado a fazer a desminagem.

Intervenções para melhorar o acesso das crianças à educação formal

- investigar a possibilidade de programas de alimentação nas escolas
- cooperação a longo prazo com organizações de San na Namíbia, para desenvolver escolas primárias San, materiais pedagógicas San, e formação de professores San

Intervenções para estabelecer programas de formação e educação para desenvolver a capacidade de liderança, agrícola, de cuidados primários de saúde e de actividades geradoras de rendimento.

Este catálogo de intervenções recomendadas baseia-se em vários pressupostos:

1. As próprias comunidades San deveriam ter o papel principal de determinar o sentido do seu desenvolvimento e as estratégias a serem seguidas na defesa dos direitos de terra, direitos humanos e direitos de trabalho.
Para que isto aconteça, são necessárias organizações comunitárias locais dos San. O ideal seria que todas as intervenções que envolvem recursos físicos fossem acompanhadas por iniciativas que fortemente encorajassem o fortalecimento organizacional.
Isto deveria acontecer a nível local, pois há condições diferentes relativamente aos direitos de terra e relações sociais, e ideias sobre como estes assuntos deveriam ser melhorados.
Os agrupamentos de aldeias poderiam ser encorajados a formar organizações comunitárias, que por sua vez poderiam formar uma organização San provincial.
2. Como quase todas as comunidades San manifestaram o desejo de estabelecer ou estender a sua própria produção agrícola, é crucial que, programas de desenvolvimento agrícolas, sejam projectados e implementados em paralelo com uma estratégia para assegurar, estender e em alguns casos obter direitos de terra. A luta pelos direitos de terra requer componentes locais, provinciais, nacionais e internacionais. Condições diversas, potenciais e possíveis escolhas requerem abordagens diferenciadas.

3. Os programas de desenvolvimento rural dos San devem ter em conta o equilíbrio existente entre actividades de caça e recolha, actividades do trabalho por comida, e a agricultura própria. Nalgumas comunidades, será um caso de fortalecer a agricultura própria já existente, noutras será um caso de dar os primeiros passos. Além disso, a componente de trabalho por comida requer atenção, pois é provável que continue a ser uma fonte importante de comida, para muitos. As intervenções para melhorar condições com respeito às relações sociais e relações de trabalho deveriam acontecer em paralelo com programas de desenvolvimento agrícolas.
4. Fortalecimento organizacional e desenvolvimento de liderança (aprender a representar e negociar os interesses da comunidade em vários fóruns) é crucial para construir o poder político necessário para efectuar mudanças duradouras na situação de direitos humanos, que é actualmente deplorável.
5. A pergunta de se as comunidades San deveriam procurar lançar projectos de desenvolvimento isoladamente ou em conjunto com os seus vizinhos é um assunto que deveria ser decidido pelos próprios San. É provável que as diferenças regionais e locais na disponibilidade de terra e de recursos naturais, e também as diferenças nas relações sociais prevalecentes, vão tender contra um modelo universal “integracionista” ou um modelo universal “isolacionista” de desenvolvimento.

É Necessária Mais Investigação

Antes da elaboração deste diagnóstico de necessidades, pouco se sabia do estado actual dos San em Angola e sobre a possibilidade de chegar a estas comunidades. Este diagnóstico foi desenhado para estabelecer informação de linha de base sobre alguns dos factores desconhecidos. Dadas as limitações de tempo, a informação que aqui apresentamos representa um trabalho em desenvolvimento, pois ainda é preciso aprender muito sobre as comunidades San em Angola. Pensou-se que a experiência desta primeira fase de pesquisa poderia guiar a abordagem e objectivo específico de uma segunda fase de pesquisa.

Várias das maiores comunidades mencionadas neste relatório não foram visitadas devido a problemas de acesso e falta de tempo. As maiores entre essas comunidades, incluem Ionde, Shivemba, Handambo, Cuangar e Diriko que deveriam ser visitadas e estudadas.

Não foram visitadas Mavinga, Rivungu e Nankova em Kuando Kubango. Temos indicações de que podem haver grupos San vulneráveis nestas áreas. Isto é provável, visto que Kuando Kubango (e particularmente Mavinga, nessa província) é uma das províncias actualmente com maior escassez de comida, e com a perspectiva que a situação se mantenha. Isto é, devido ao grande número de soldados desmobilizados e gentes deslocadas, e também é resultado da destruição das infra-estruturas e da presença de muitas minas. Estes lugares deveriam ser visitados. O acesso a Mavinga é possível, e dizem que o acesso a Nankova é possível pela Namíbia.

Informação vinda de Moxico sugere que comunidades San possam estar a voltar para esta província, vindos da Zâmbia. Isto e, a possibilidade de existirem outras comunidades San no Sul de Moxico, requer monitorização e mais pesquisa.

Não se sabe se há comunidades San noutras províncias angolanas. Alguns investigadores consideram os Kuepe e Kwadi que moram na província do Namibe como San (MB em RA 2, 2001). Essas comunidades poderiam ser incluídas num diagnóstico mais profundo.

Em relação às comunidades que visitámos, é necessária mais investigação participativa, com comunidades específicas, para entender melhor a dinâmica social que influencia níveis existentes e contrastantes, de organização comunitária. Estudos de caso dos agrupamentos Hombo/Kakombe e Cafima/londe podem, por exemplo, fornecer valiosa orientação para futuro trabalho de desenvolvimento.

Nos locais onde uma comunidade pretenda aumentar as suas actuais reivindicações sobre a terra, ou reivindicar terra que não está, actualmente, a usar, devem ser elaborados relatos históricos específicos.

Serão precisos estudos de viabilidade para examinar o potencial de ideias específicas de desenvolvimento, como a criação de bancos de sementes, um fundo para gado, hortas irrigadas, assentamento num ou mais dos parques nacionais com o objectivo de adquirir direitos para utilizar os recursos naturais, projectos de turismo, ampliação da produção de artigos de ferro, ampliação da recolha controlada de alimentos do mato de especial valor. Deveriam ser procuradas ideias semelhantes de ampliar a produção alimentar das comunidades que vivem ao longo dos rios. É possível que a pesca possa ser ampliada substancialmente, com alguma ajuda, como redes e barcos.

Estudos com o objectivo de examinar o potencial de uma área para assentamento, também terão que avaliar se seriam precisas operações de desminagem para que as terras em questão fiquem disponíveis.

Passos Seguintes

No contexto desta avaliação global de necessidades, são avançadas várias recomendações concretas. Recomenda-se uma abordagem a dois tempos.

Primeira Fase

A primeira fase deveria ser um ciclo de ajuda de emergência, que é distribuída a todas as comunidades San identificadas, ou seja a umas 500 famílias. Essa ajuda também deveria estar disponível a mais 200 famílias vulneráveis vizinhas, que não são San. A ajuda deveria ter como objectivo iniciar um primeiro ciclo de melhoria da segurança alimentar, fornecendo utensílios agrícolas básicos e sementes. Além disso, deveria ser fornecida comida de protecção de semente a todas as comunidades. Uma primeira intervenção de saúde deveria ser a distribuição de roupa às crianças e mantas às comunidades. Para as comunidades que sofreram uma perda severa de todos os seus bens por causa da guerra, deveriam ser distribuídos recipientes para água.

A componente de distribuição da primeira fase deveria ser implementada a tempo da época agrícola que começa em Outubro de 2003. Pensa-se que a distribuição nas três províncias pode ser feita durante um período de 6-8 semanas.

A primeira fase deveria trazer sementes e ferramentas a comunidades necessitadas, enquanto se envolve as comunidades e os sobras locais num debate sobre a terra que precisam para fazer ou ampliar os campos. Deveriam começar ao mesmo tempo que a provisão de ajuda de emergência, discussões sobre a segurança de posse e direitos de terra. As comunidades que consigam assegurar o reconhecimento dos seus direitos a uma área específica durante esta fase, deviam ser ajudadas a solicitar títulos de propriedade para as suas terras. Como estas actividades requerem um grau de organização formal, as comunidades e agrupamentos San deveriam ser encorajados a montar associações de camponeses, ou grupos semelhantes, que os representassem, para gerir os seus projectos de desenvolvimento e representar as suas necessidades.

A primeira fase deveria, portanto, incluir também intervenções de advocacia, sendo que a ajuda humanitária está ligada ao apoio à auto-organização, e a facilitar negociações com autoridades tradicionais locais, autoridades municipais e provinciais, de modo a obter ou assegurar direitos de terra para cultivar os campos. É importante que essas intervenções sejam monitorizadas e que lhes seja dada continuidade. A expectativa é que esta primeira fase gera valiosa informação sobre a produtividade agrícola e a capacidade organizacional das comunidades. Pensa-se também que, em alguns casos, terá que ser feito um trabalho considerável de advocacia, incluindo possíveis intervenções legais.

A primeira fase deveria incluir também um diagnóstico das necessidades de água nas áreas mais afectadas e procurar estabelecer um programa de provisão de água baseado no envolvimento da comunidade na construção de cacimbas ou poços.

A primeira fase deveria incluir um estudo da existência de minas, e de lugares onde a desminagem possa ser uma prioridade. O Governo deveria ser pressionado para proceder à desminagem em áreas onde isso seja considerado de alta prioridade. Na ausência de capacidade governamental para responder a esta necessidade, deve pedir-se a ONGs de desminagem que estabeleçam programas apropriados de desminagem.

A primeira fase deveria incluir dois ciclos de acompanhamento, monitorização e organização comunitária.

Deveria procurar estabelecer mais informação sobre as comunidades que não foram directamente contactadas.

No fim da primeira fase deveriam ser feitas reuniões a nível provincial, com representantes de todas as comunidades San ou de associações de camponeses. Essas reuniões serviriam como um fórum de troca de experiências e também para avaliar o último ano, planear o futuro e construir uma organização provincial San.

A primeira fase seria dada como terminada no começo da campanha agrícola de 2004, ou seja, em Outubro de 2004. Uma avaliação da primeira fase em Junho de 2004 daria uma orientação para a implementação da segunda fase. O objectivo dumha proposta de duas fases é de sair o mais rapidamente possível da provisão de ajuda de emergência, para a implementação de um programa de desenvolvimento sustentável.

Segunda Fase

A segunda fase seria para pôr em acção todo o trabalho de consulta e planeamento participativo feitos na primeira fase.

A segunda fase continua com a monitoria das comunidades que receberam ajuda. Deveria continuar as intervenções relacionadas com o assegurar os direitos de terra. Os grupos que, durante a primeira fase, encontrarem resistência e problemas relacionados com a terra precisam de ser apoiados na negociação com os seus vizinhos e agências de governo. Pedidos para distribuição de terra apropriada ao assentamento deveriam ser planeados e submetidos ao governo angolano.

A segunda fase seria o começo de programas provinciais de desenvolvimento sustentável. Com base nas colheitas obtidas na primeira fase, e no nível de organização social alcançado, as comunidades, se se achasse apropriado, deveriam poder ampliar a produção, através de acesso a gado e arados. Bancos de semente, fundos para gado e actividades geradoras de renda deveriam ser iniciados nesta fase, junto com acções intensificadas de advocacia para adquirirem direitos a recursos de terra suficientes. Esta fase também deveria procurar alargar a segurança alimentar, dando apoio para ampliar

fontes existentes de comida, como a pesca, a recolha de mel (introduzindo a apicultura), e estimulando colheitas aumentadas de comidas do mato, nutritivas e valiosas (como as nozes de mangetti, que são muito usadas em trocas por outros produtos).

A segunda fase procuraria formalizar as organizações comunitárias San, com o objectivo de criar organizações San provinciais, para poderem fazer lobby sobre direitos de terra e sobre igualdade, de acordo com a Constituição angolana.

A segunda fase deveria ser concebida como um plano de 3 anos.

A segunda fase deveria, nos 2 primeiros anos, procurar estabelecer projectos de educação sobre cuidados primários de saúde, formação de liderança e educação primária.

A segunda fase deveria incluir “inputs” especializados, como planeamento participativo do uso da terra (em lugares onde a terra esteja concretamente ou potencialmente disponível), estudos de viabilidade para novos potenciais assentamentos, e serviços destinados à extensão agrícola.

A segunda fase deveria abranger também, projectos ampliados para obter e assegurar terra para comunidades que não conseguem aumentar a produção nos actuais locais de residência.

Dependendo das necessidades, de decisões da comunidade e de oportunidades concretas, a segunda fase também poderia incluir programas de reassentamento para áreas onde há disponibilidade de terra apropriada.

A segunda fase deveria também considerar ampliar a ajuda e organização a comunidades que não foram contempladas na primeira fase.

Recomendações detalhadas

I. Intervenções de emergência:

1. Auxílio às comunidades San a tempo da próxima campanha agrícola, que começa em Outubro de 2003.
 - a) Ter também como objectivo mobilizar estas comunidades, fornecendo informação sobre o diagnóstico de necessidades e lançando as primeiras sementes para a organização comunitária.
 - b) Iniciar a discussão, com os sobas locais, sobre a terra que será necessária para cultivar. Lutar pelos direitos de terra, onde for preciso, com as comunidades San. Deste modo, a primeira campanha agrícola assistida será um teste para se saber se as comunidades já têm terra suficiente, e se é necessário um trabalho urgente para assegurar um nível mínimo de direitos de terra.
 - c) A OCADEC e a Trocaire devem pressionar o governo e o PAM para atribuir comida de protecção de sementes, e distribuições de sementes e ferramentas especificamente às comunidades San identificadas.
 - d) Informar a Comité Provincial de Direitos Humanos na Huíla sobre o trabalho, e reclamar os mais altos níveis de apoio.
 - e) Elaborar propostas para ajuda de emergência, para onde não houver compromissos por parte do PAM e do governo.
 - f) A OCADEC deve preparar um plano e um orçamento para implementar esta primeira fase.
 - g) Ponderar se trabalhar com outras NGO é prático e necessário para conseguir a capacidade exigida para alcançar os objectivos, na escala desejada.
 - h) Estabelecer até que ponto a ajuda de emergência pode ou deve ser exclusivamente direcionada às comunidades San.

2. Convidar ONGs de relevo nos sectores de Direitos Humanos, Saúde, Terra, Desenvolvimento Rural e Educação para serem informadas sobre o diagnóstico de necessidades, e para uma mesa redonda sobre as possibilidades de cooperação a curto e longo prazo. Em particular, procurar encontrar parceiros apropriados no sector de saúde para intervenções de emergência., Procurar também, opinião sobre a questão da exclusividade da orientação das intervenções de emergência.
3. Convidar o governo angolano e os funcionários de Nações Unidas para os informar sobre o diagnóstico e trocar impressões sobre os problemas e soluções. Este deveria ser o começo de um projecto contínuo de diálogo e advocacia.

II. Intervenções a curto e médio prazo:

1. Organizar reuniões de representantes comunitários San nas três províncias com a finalidade de:
 - a) iniciar a discussão sobre a formação de organizações, tomar opções sobre como gerir os processos paralelos de assegurar direitos de terra, promover projectos de desenvolvimento e melhorar as relações sociais.
 - b) os grupos determinarem uma estratégia de direitos humanos e questões de integração/exclusividade.
 - c) os diferentes grupos analisarem criativamente os potenciais recursos, já existentes ou possíveis de adquirir, para melhorar a segurança alimentar e os rendimentos. Áreas a considerar: agricultura, horticultura, criação de animais, pesca, fazer artigos de ferro, fazer cestas de armazenamento de alimentos, apicultura.
 - d) os grupos elegerem lideranças e designarem organizações implementadoras para montar projectos de desenvolvimento multi-sectoriais.
2. Procurar organizações parceiras com quem implementar diferentes aspectos de estratégias e projectos de desenvolvimento.
3. Dar prioridade a actividades de lobby ao mais alto nível e de mobilização da sociedade civil sobre direitos de terra e possíveis distribuições de terra.

Implementação e Capacidade

É necessária uma organização implementadora angolana para coordenar as actividades sugeridas. Recomenda-se que a OCADEC seja apoiada no sentido de desenvolver a capacidade de se tornar nessa organização. Recomenda-se também que a Trocaire Angola e o WIMSA tenham papel principal nas ligações com o governo e ONGs nacionais, regionais e internacionais e com os doadores, e desenvolvendo os recursos humanos necessários.

A curto prazo existem as seguintes tarefas urgentes:

1. Estabelecer planos e propostas de ajuda de emergência, e a capacidade logística para distribuir a ajuda. Como já foi referido, essa distribuição deveria ser acompanhada de intervenções de advocacia e apoio no fortalecimento organizacional.
2. Continuar o trabalho de advocacia já iniciado pela OCADEC, reportando às agências governamentais relevantes, com um pedido para comprometerem recursos e para demonstrarem um compromisso político visível para com os direitos dos San.
3. Estabelecer parcerias com potenciais ONGs angolanas nos vários sectores organizando oportunidades para as reunir.

A médio e a longo prazo, precisam de ser abordadas as seguintes tarefas:

1. Organizar reuniões de representantes San e proporcionar discussões cruciais, fortalecimento organizacional, e tomada de decisões, ao nível provincial e municipal.

2. Estabelecer programas multi-sectoriais de direitos humanos e de desenvolvimento, com base nessas decisões
3. Fortalecer a capacidade organizacional para implementar esses planos.

É opinião da equipa que a OCADEC já começou e manteve um excelente trabalho de advocacia em nome dos San. O pessoal da OCADEC é conhecido por todas as comunidades visitadas, e pelos administradores provinciais e locais. Eles sabem onde encontrar as comunidades e têm a sua confiança. A OCADEC está, portanto, na posição ideal para implementar a primeira fase de resposta. Deve considerar-se a possibilidade da OCADEC recorrer a especialistas específicos para realizar esta grande tarefa organizativa e logística.

Se a OCADEC mostrar capacidade de implementação nas primeiras actividades do projecto, também deveriam ser um dos intervenientes nas actividades a médio-longo prazo. Para estruturar a capacidade necessária, recomenda-se que sejam disponibilizados ao pessoal da OCADEC programas de formação especializados e intensivos, sobre planeamento e fortalecimento organizacional. Além disso, deveria ficar ligado à OCADEC, um trabalhador de desenvolvimento especializado e experiente, para ajudar na planificação e implementação de projectos, durante um período de 3 anos.

A OCADEC deve, como primeiro passo, preparar imediatamente um plano e um orçamento para a implementação das actividades da primeira fase.

Potenciais parceiros de ONGs angolanas que foram identificados em vários sectores:

- World Learning (assegurar e obter direitos de terra)
- Mão Livres (Direitos Humanos e Direitos de Terra)
- ADRA (Desenvolvimento rural)
- OIKOS (Desenvolvimento rural)
- Development Workshop (Desenvolvimento rural, fortalecimento institucional)
- Movi Mondo, Kuando Kubango (cuidados primários de saúde, intervenções de saúde de emergência)
- ZOA (formação e educação)
- AJPD (Direitos Humanos)
- MSF (intervenções de saúde de emergência)
- META (cuidados primários de saúde)
- Museu Nacional Antropológico (estabelecendo elos com o governo, a comunidade académica e os meios de comunicação)
- Rádio Ecclesia (meios de comunicação), TPA, Rádio Nacional
- Survival International
- Amnistia Internacional
- Human Rights Watch
- Alto Comissário dos Direitos Humanos da ONU
- Fórum Permanente em Assuntos Indígenas da ONU
- Rapporteur especial das Nações Unidas em Direitos Humanos de Povos Indígenas, Rudolfo Stavenhagen.
- Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da ONU

Esperança e Solidariedade

“Quando se forem embora, têm que voltar. Nós não vamos sair deste lugar. Esta é a nossa terra. Não a vamos dar a ninguém.” Mutwe-ondjamba

O processo de elaboração deste diagnóstico incitou processos muito fortes dentro das comunidades San. O acto de procurar e escutar as preocupações das comunidades San, no contexto da dinâmica e percepção social existentes, reverberou pelas comunidades rurais visitadas pela equipa. Muitas das comunidades San expressaram uma gratidão profunda pelo nosso trabalho. O diagnóstico estabeleceu fortes esperanças e expectativas.

Felizmente, as condições são neste momento propícias para se apelar para acções de solidariedade, com os San de Angola.

O governo angolano e algumas das suas agências manifestaram a intenção de melhorar as condições dos San em Angola. Há um interesse considerável na luta dos San, entre organizações da sociedade civil e da comunidade de ONGs locais e internacionais. Isto, junto com uma cultura emergente de direitos humanos, prevê um ambiente positivo e propício, para a grande tarefa que temos pela frente.